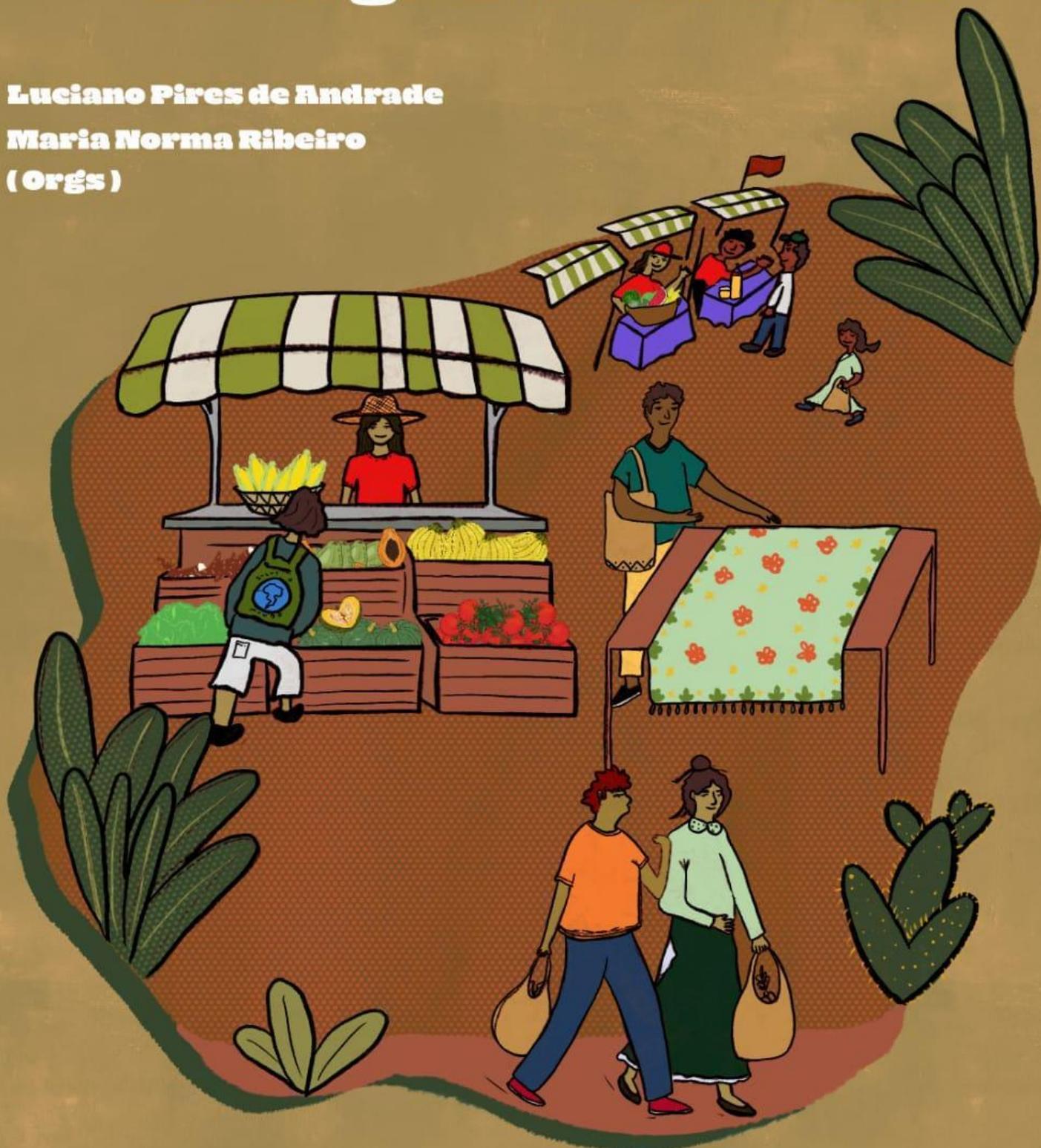


Agricultura de Base Ecológica e Mercados

Luciano Pires de Andrade

Maria Norma Ribeiro

(Orgs)



AGROFAMILIAR



ESTUDOS DE CASO

AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA E MERCADOS



AGROFAMILIAR



ESTUDOS DE CASO

AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA E MERCADOS

Luciano Pires de Andrade

Maria Norma Ribeiro

(Organizadores)

1º Edição

Recife – PE

CONSELHO EDITORIAL

Alineaurea Florentino Silva- Embrapa Semiárido

Alissandra Trajano Nunes – Universidade de Pernambuco

Antonio Francisco Menezes da Silva Filho -Instituto Federal do Maranhão

Cynthia Xavier de Carvalho – Universidade Federal de Pernambuco

Georgiana Eurides de Carvalho Marques -Instituto Federal do Maranhão

Horasa Maria Lima da Silva Andrade – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Irineia Rosa do Nascimento- Instituto Federal de Sergipe

Kelci Anne Pereira – Universidade Federal do Piauí

João Batista Barros de Amorim – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Josabete Salgueiro Bezerra de Carvalho – Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

Luciana Maia Moser – Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

Luciano Pires de Andrade – Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

Lucivânio Jatobá de Oliveira – Universidade Federal de Pernambuco

Mariel José Pimentel de Andrade - Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

Maviael Fonsêca de Castro – Instituto Agronômico de Pernambuco

Mayara Dalla Lana – Instituto Federal de Pernambuco

Priscila Teixeira de Souza Carneiro - Universidade Federal do Cariri

Valcilene Rodrigues da Silva - Universidade Federal do Piauí

Vania Christina Nascimento Porto – Universidade Federal do Semiárido

Xavier Fernández Simón – Universidade de Vigo – ESP

Weronica Meira de Souza – Universidade Federal do Agreste de Pernambuco



ESTUDOS DE CASO
AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA E MERCADOS
TODOS OS DIREITOS DESTA EDIÇÃO RESERVADOS



Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Capa, projeto gráfico e ilustração dos painéis sínteses
Francisca Clarice R. de Sousa | Aspásia Mariano

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFAPE
Biblioteca Ariano Suassuna, Garanhuns - PE, Brasil

E82 Estudo de caso [recurso eletrônico] : agricultura de base ecológica e mercados / organizadores: Luciano Pires de Andrade, Maria Norma Ribeiro. 1. ed. – Recife: Agrofamiliar, 2021.
62 p. : il.

ISBN: 978-65-00-56017-6

1. Agricultura familiar 2. Desenvolvimento rural 3. Agroecologia
I. Andrade, Luciano Pires de, org. II. Ribeiro, Maria Norma, org. III.
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, org. IV. Título.

CDD 338.10981

Elaborada por: Jaciara Maria Felix – CRB4/1642

Como citar esta obra:

ANDRADE, Luciano Pires de; RIBEIRO, Maria Norma (Orgs.). **Estudos de caso**: agricultura de base ecológica e mercados. Recife: Agrofamiliar, 2021. E-book. DOI: 10.52719/ABEM. Disponível em: <http://www.nucleoagrofamiliar.ufape.edu.br/br/LIVRO-ESTUDOS-DE-CASO-AGRICULTURA-DE-BAS-ECOLOGICA-E-MERCADOS>.

SUMÁRIO

| | |
|----------------------|-----------|
| PREFÁCIO..... | 08 |
|----------------------|-----------|

Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira

| | |
|--|-----------|
| 1. RELAÇÃO CAMPO-CIDADE A PARTIR DA FEIRA: A EXPERIÊNCIA DA AGRICULTORA CAMPONESA ELIZABETE, DO ASSENTAMENTO JUNDIÁ DE CIMA, MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ, TERRITÓRIO MATA SUL DE PERNAMBUCO..... | 11 |
|--|-----------|

Ana Cristina Oliveira de Almeida; Eliane Pereira de Almeida, Fábio Andrey Pimentel São Mateus; Francisca Clarice Rodrigues de Sousa; Francisco Roberto de Sousa Marques; Elizabete Lima

| | |
|--|-----------|
| 2. COMERCIALIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR ATRAVÉS DOS MERCADOS CURTOS: A EXPERIÊNCIA DA QUILOMBOLA CRISTIANE CORREIA DA SILVA (ENGENHO SIQUEIRA / RIO FORMOSO – PE)..... | 29 |
|--|-----------|

Ana Paula Gomes da Silva, Francisco Manoel de Assis Filho, Gildo Ribeiro de Santana, Henágio José da Silva

| | |
|---|-----------|
| 3. CAMPESINATO NO TERRITÓRIO DA MATA SUL DE PERNAMBUCO: CONCEITOS, VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS..... | 44 |
|---|-----------|

Esmeraldo Leal

APRESENTAÇÃO

O livro “Agricultura de Base Ecológica e Mercado - Estudos de caso” é um produto da disciplina de mesmo nome do programa de Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT), realizado em rede pela UFRPE, UNIVASF e UNEB. A proposta da publicação é dar visibilidade às temáticas estudadas de um território durante o semestre e que, neste caso, é a Mata Sul pernambucana.

Assim, fomos desafiados a refletir sobre os aspectos relacionados a complexidade do uso sustentável dos recursos naturais, que envolve desde a produção de alimentos e fibras em agroecossistemas sustentáveis até a sua comercialização em mercados institucionais e alternativos. Este livro se propõe a realizar o exercício do diálogo interdisciplinar entre professores e alunos com os povos do território. Contempla temas que envolvem desde o papel, as lutas e resistência do camponês no território até as estratégias de comercialização e mercados de proximidade, sempre colocando em evidência as experiências retratadas e dando luz aos protagonistas: agricultores e agricultoras familiares.

Em razão do território da Mata Sul ser um ambiente diverso e plural, esta publicação é apenas um pequeno recorte do todo, mas um diálogo com reflexões importantes sobre a busca por uma produção sustentável, valorização dos sujeitos do campo e um consumo consciente. Boa leitura.

Luciano Pires de Andrade

Maria Norma Ribeiro

PREFÁCIO

Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira

Profa, Doutora Titular da UNIVASF e docente permanente do
Programa de Pós-Graduação – Doutorado em Agroecologia e
Desenvolvimento Territorial

Com os problemas ocasionados pelo avanço do sistema capitalista, a sociedade coloca em evidência a discussão sobre a necessidade de respeitar a diversidade cultural e ambiental dos espaços territoriais locais. Este e-book intitulado "**AGRICULTURA DE BASE AGROECOLÓGICA E MERCADOS**" traz à tona as dificuldades em se estabelecer arranjos teóricos e práticos que possam acomodar interesses envolvendo conflitos relacionados a disputas por terras; apropriação econômica de saberes populares; uso da biodiversidade; direitos humanos; democracia e equidade dos povos marginalizados que lutam por um lugar no mundo que é seu por direito, inclusive constitucional.

Esta publicação, magnificamente organizada pelos docentes do Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial Luciano Pires de Andrade, Maria Norma Ribeiro e Luiz Claudio Mattos com a participação de vários professores e alunos do curso, na escuta cuidadosa dos povos do campo, especialmente agricultores familiares, registra o esforço empreendido por essas populações no sentido de estabelecer relações mais equilibradas com a natureza e, ao mesmo tempo, instituir formas de comercialização em rede dos seus produtos que viabilizem economicamente as suas famílias, envolvendo sistemas de certificação/normatização orgânica, como também identificação e consolidação de diversos agentes do mercado, consumidores e organizações, construindo novos caminhos para uma sociedade mais sustentável, em contraposição ao modelo agroindustrial

oligopolizado, originário do modelo urbano-industrial moderno, reconhecidamente falido e insustentável.

As reflexões teórico-práticas descritas nos capítulos desse e-book sobre agroecologia, eco-desenvolvimento, relação campo-cidade, resiliência camponesa, certamente contribuirão para formulações tanto de políticas públicas, como de programas e projetos desenvolvidos por organizações não governamentais e entidades ligadas aos movimentos sociais, expertises dos pesquisadores da Universidade Federal Rural de Pernambuco, que sempre fizeram do seu ofício de mestre uma ferramenta para a redução das desigualdades sociais e econômicas entre as populações do campo historicamente marginalizadas e as elites urbanas detentoras de poder político, através do seu empoderamento, quer pela formação técnica e tecnológica; quer pela formação para a cidadania e o conhecimento de como a sociedade se constrói, para assim, poder enfrentar os preconceitos, o desrespeito e se fazerem visíveis.

Ilustrados com uma arte colorida de beleza ímpar, os capítulos dessa publicação adotaram o paradigma interpretativo nas falas e nos sentimentos dos atores abordados, tomando como referência a teoria da ação. A realidade foi buscada “*in loco*”, no pé de serra, nos baixios, nas pequenas plantações, onde as famílias vivem e trabalham, partindo de uma concepção ontológica de mundo onde o comportamento humano é resultado da interpretação que cada um(a) faz da situação na qual está envolvido(a), compreendendo crenças, valores, atitudes, hábitos, desvelando a cultura do seu dia a dia.

Nessa perspectiva, os autores dessa riquíssima obra pela sua realidade temporal e espacial, explicaram de forma clara e objetiva ao alcance dos leitores, mesmo aqueles menos escolarizados, a ordem social necessária para as mudanças que darão às populações tradicionais do campo o status que elas merecem.

Os casos estudados pelos pesquisadores e socializados com a academia, os movimentos sociais e os interessados no assunto, de forma sábia consideraram tanto os processos, quanto os produtos centrados nos autores estudados; nos elementos por eles produzidos; no seu desempenho comunitário e na estrutura socioeconômica e cultural do ambiente no qual estão inseridos. Nessa visão, os espaços são heterogêneos e se sobrepõem, consubstanciando diferentes relações sociais, que efetivam diferentes redes e um campo de forças que sustentam o território, conforme tão bem descreveram os autores.

Os agricultores ligados aos sistemas de certificação e comercialização, cujas experiências foram aqui descritas, alguns estão num processo de desterritorialização, outros de territorialização, conforme o seu status organizativo e de autonomia. Como diz Milton Santos (1997), na sua obra “A Natureza do Espaço Técnica e Tempo: razão e emoção”, numa relação dialética, os lugares podem se fortalecer novamente horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente construídas, uma base de vida que amplie a coesão social da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo.

Uma boa leitura!



RELAÇÃO CAMPO-CIDADE
A PARTIR DA FEIRA: A EXPERIÊNCIA
DA AGRICULTORA CAMPONESA
ELIZABETE, DO ASSENTAMENTO JUNDIÁ
DE CIMA, MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ,
TERRITÓRIO MATA
SUL DE PERNAMBUCO

Ana Cristina Oliveira de Almeida
Eliane Pereira de Almeida
Fábio Andrey Pimentel São Mateus
Francisca Clarice Rodrigues de Sousa
Francisco Roberto de Sousa Marques
Elizabeth Lima

Como citar este capítulo:

ALMEIDA, A. C. O. de et al. Relação campo-cidade a partir da feira: a experiência da agricultora camponesa Elizabete, do assentamento Jundiá de Cima, Município de Tamandaré, território Mata Sul de Pernambuco. In: ANDRADE, Luciano Pires de; RIBEIRO, Maria Norma (Orgs.). **Estudos de caso:** agricultura de base ecológica e mercados. Recife: Agrofamiliar, 2021. p. 11-28. DOI: 10.52719/ABEM/cap01.



RELAÇÃO CAMPO-CIDADE A PARTIR DA FEIRA: A EXPERIÊNCIA DA AGRICULTORA CAMPONESA ELIZABETE, DO ASSENTAMENTO JUNDIÁ DE CIMA, MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ, TERRITÓRIO MATA SUL DE PERNAMBUCO

O campesinato existente e resiliente

O campesinato tem sido resiliente ao longo da história, se reproduzindo e se apresentando em múltiplas expressões, no tempo e no espaço, “ao mesmo tempo em que o capital destrói o campesinato em um lugar, ele recria em outro. Ou no mesmo lugar em outro tempo” (FERNANDES, 2001, p.30-31).

As comunidades camponesas têm em comum uma característica visceral: a reprodução social por meio do trabalho familiar e, sob essa premissa, Souza (2008, p. 116) refletiu que “pensar o campesinato atualmente significa, [...], considerar as relações que estes camponeses desenvolvem com outras classes sociais, e com o urbano [...]”. E sua campesinidade tende a corresponder, em termo de grau de manifestação e expressão, conforme a historicidade de cada indivíduo e a forma como se integra à sociedade moderna (MARQUES, 2008).

O Território Mata Sul de Pernambuco está localizado ao sudeste do estado de Pernambuco e teve, e ainda tem, em menor escala e intensidade, influência econômica do antigo ouro branco português: o açúcar. Refere-se a uma região com um passado de monocultivo da cana-de-açúcar, nos tempos da colonização do Brasil, todavia com latentes resquícios da prática agrícola em questão (SÍGOLO, 2019).

A análise desse território revela as bases das relações produtivas fincadas na exploração dos/as trabalhadores/as, da concentração de riquezas e da estruturação da pobreza humana e ambiental na localidade. E, indubitavelmente, traz à luz reflexões e questionamentos sobre a urgência de outro tipo de desenvolvimento e para isso, é necessário, sobretudo, a consciência de classe.

Este estudo de caso refere-se à experiência de uma agricultora com o objetivo de analisar a resiliência e a resistência do campesinato expressas nas estratégias de ocupação de espaços de construção do conhecimento, mas também de afirmação sociopolítica e econômica.

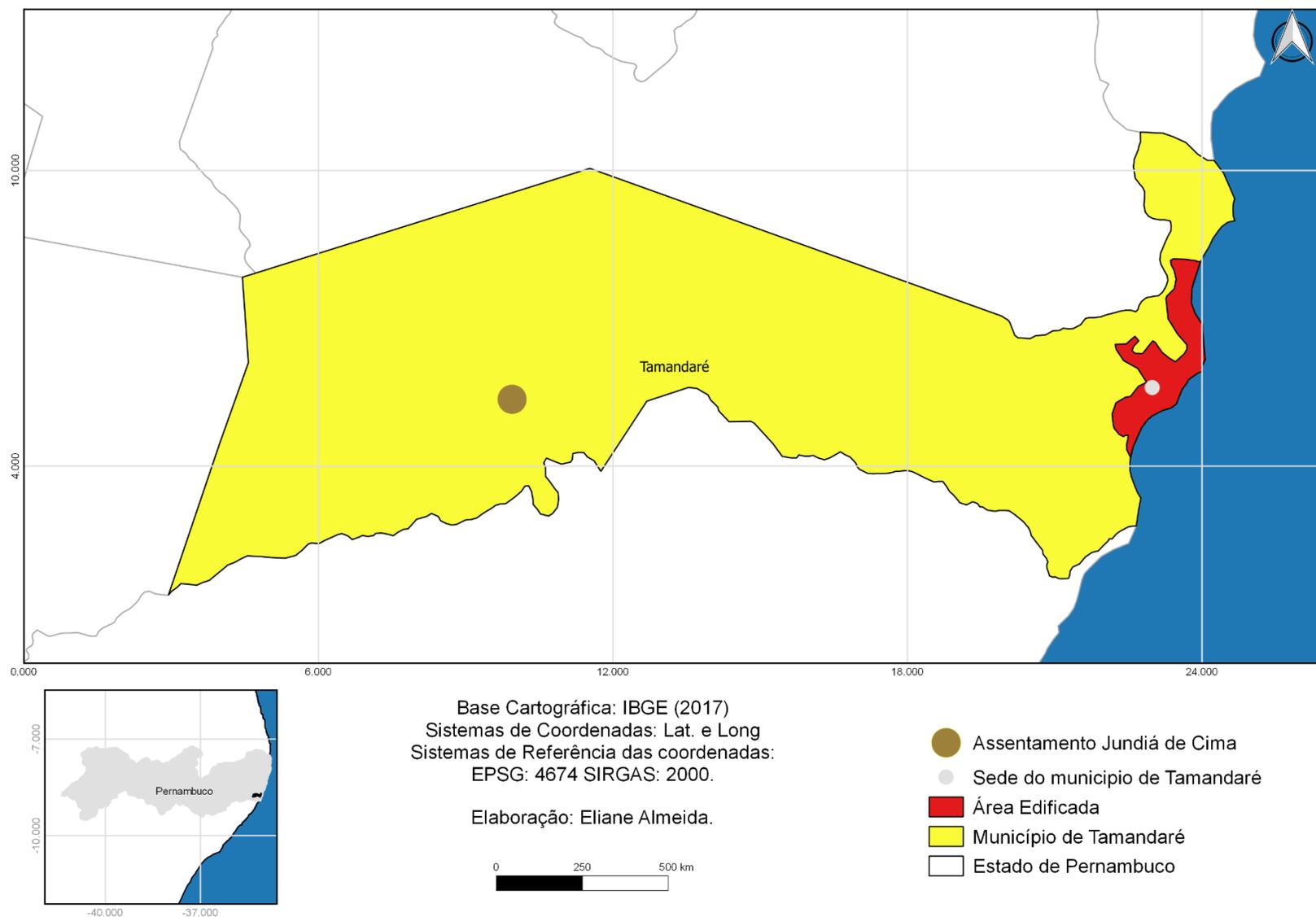
É nessa perspectiva que considerar-se-á a história da agricultora Elizabete Lima, assentada da reforma agrária no Assentamento Jundiá de Cima, no município de Tamandaré/PE. O objetivo do estudo é mostrar as estratégias adotadas pela agricultora para possibilitar sua permanência na terra, ao passo que se possa identificar a consolidação dos princípios agroecológicos nas práticas agrícolas, na vivência e em suas experiências, e, sobretudo, compreender se a feira agroecológica, um circuito curto de comercialização na qual se insere, contribui para a geração de renda familiar.

Conhecendo o território e os caminhos metodológicos percorridos na pesquisa

A experiência estudada está situada no Assentamento de Reforma Agrária Jundiá de Cima, localizado no município de Tamandaré (Mapa 1), a 107 km de Recife. Tamandaré, com outros 18 municípios, compõe o Território da Mata Sul pernambucana, onde aproximadamente 507.316 indivíduos estão envolvidos, direta ou indiretamente, com o cultivo da cana-de-açúcar (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021). A propensão por essa atividade produtiva se deve ao tipo de bioma predominante, que é a Mata Atlântica, ao clima quente e úmido, aos solos argilosos e a pluviometria, que varia entre 800mm e 2000mm por ano (MELLO; SOUZA, 2013).

O Assentamento Jundiá de Cima se consolidou com a desapropriação das terras pertencentes à antiga Usina de Santo André. Com a desapropriação, foi possível assentar 40 famílias que puderam ter o direito à terra garantido e, com esse direito, puderam desenvolver as atividades produtivas capazes de subsidiar as necessidades familiares no que tange a alimentação, primordialmente. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), até o ano de 2014, era 89 o número de assentamentos de reforma agrária conquistados no Território da Mata Sul de Pernambuco (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2015).

MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO JUNDIÁ DE CIMA NO MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ/PE.



A diversidade reflexiva dos/as pesquisadores/as sobre o caso estudado definiu a pesquisa como interdisciplinar, por convergir interpretações integradas e sistêmicas. Portanto, a abordagem adotada foi a qualitativa (GOODE; HATT, 1969). Quanto ao tipo da pesquisa, esse se caracteriza como um estudo de caso, por ser utilizado em situações diversas, que possibilita conhecer questões individuais, grupais e organizacionais, assim como a compreensão de fenômenos sociais complexos (YIN, 2010). Isso é possível porque:

O método do estudo de caso permite que os investigadores retenham características holísticas e significativas dos eventos da vida real – como os ciclos individuais de vida, o comportamento dos pequenos grupos, os processos organizacionais e administrativos, a mudança de vizinhança, o desempenho escolar, as relações internacionais e a maturação industrial (YIN, 2010, p. 24).

Seguindo o que orienta Yin (2010), o primeiro passo dado para a construção da pesquisa de estudo de caso foi a revisão de literatura, definição de objetivos e imersão na realidade a ser estudada. Metodologicamente, foram realizadas reuniões virtuais entre os/as autores/as para a definição da metodologia e o cronograma de desenvolvimento do trabalho e entrevista virtual semiestruturada com a agricultora Elizabete, foco desse estudo de caso, para apreender melhor sua história de vida e de luta. Como aponta Gil (2009, p. 117), “entre todas as técnicas de interrogação, a entrevista é a que apresenta a maior flexibilidade”. A plataforma utilizada para realização de todas as reuniões foi o *Google Meet*.

Para dar substancialidade às análises acerca do circuito curto de comercialização que a agricultora Elizabete se insere, foi elaborado pela plataforma *Google Forms* um questionário com sete perguntas destinadas aos seus clientes, por meio de socialização de um grupo de clientes mantido por Elizabete no aplicativo *WhatsApp*. No decorrer deste trabalho, serão apresentadas as perguntas e as respostas coletadas por meio do formulário virtual.

A intersecção de trajetórias: a agricultora Elizabete e a feira agroecológica de Tamandaré/PE

Elizabete Silva Lima, nascida em Barreiros - PE e criada em Tamandaré, filha de agricultor e agricultora, como muitos jovens, teve sua vida no campo “suspensa” para compor o contingente urbano em busca de oportunidades de trabalho e de crescimento. Em 1995, retornou a Tamandaré, ano em que ocorreu a sua desvinculação do município de Rio Formoso e efetivação de sua emancipação, em 28 de setembro do mesmo ano.

Dentre o acúmulo de experiências na cidade, Elizabete pode vivenciar, enquanto Coordenadora do Conselho de Desenvolvimento Rural de Tamandaré, o detalhamento de temáticas e demandas relacionadas ao campo, as dificuldades e as potencialidades do meio rural do município. Essa experiência também reforçou sua vontade de se instalar e viver no campo, novamente.

No ano 2000, Elizabete conheceu o Assentamento Jundiá de Cima e, a partir de então, começou a lutar pelo acesso à terra. Conquistou sua parcela de terra e foi empossada em 08 de abril de 2004, mudando-se, como ela mesma disse, “de mala e cuia” para o assentamento no dia 01 de maio de 2004. E esse início de assentar raízes em um lugar de convergência de tanta diversidade de pessoas e histórias foi bem difícil para ela, que teve que enfrentar julgamentos. Disseram-lhe que não tinha a aparência de mulher do campo, pois tinha “cara de rica”, além de a ala masculina da coletividade alegar que, por ela ser uma mulher “sozinha”, não seria capaz de administrar e dar conta dos 7 (sete) hectares de terra conquistados.

Em 2011, a agricultora Elizabete teve a oportunidade de conhecer o Centro Sabiá, organização da sociedade civil de relevante atuação no Território da Mata Sul Pernambucana. Foi uma das 40 famílias beneficiadas com Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) referente ao Projeto "Trabalho Renda e Sustentabilidade no Campo", financiado pela Petrobras. No município de Tamandaré, o Assentamento Jundiá de Cima foi o único inserido no referido projeto (CENTRO SABIÁ, 2011).

Foi nesse período que Elizabete participou e se encantou pelos intercâmbios, os quais se apresentaram como oportunidade de ampliar conhecimentos e despertar a vontade de mudar de vida: “daqui pra frente, minha vida vai tomar um rumo diferente”.

A construção desse novo conhecimento começa no momento de planejamento da propriedade com um debate coletivo que problematiza o processo produtivo e suas práticas. Em seguida, nos intercâmbios, são compartilhadas experiências agroecológicas, de criação animal e de manejo de recursos hídricos com outras famílias agricultoras. O objetivo é fomentar a busca de formas sustentáveis de produção a partir da realidade de cada família, buscando as adaptações e interações necessárias para a melhoria de seus sistemas produtivos (CENTRO SABIÁ, 2011).

Foi com a criação de galinhas caipiras que Elizabete iniciou seus trabalhos na parcela que conquistara no Assentamento Jundiá de Cima. Com a assistência técnica, ampliou a diversidade da produção, a introdução de práticas agroecológicas de manejo dos solos, do trato animal, de conservação ambiental e seus recursos hídricos, dentre tantas outras *práxis* em seu cotidiano de camponesa experimentadora.

Motivada e engajada na realização da transição agroecológica de sua propriedade, e junto a ela outras famílias assentadas e assessoradas pelo Centro Sabiá com a ATER, é que teve início, em 08 de fevereiro de 2013, o circuito curto de comercialização mais popular de pequenas cidades, a feira, todas as sextas-feiras, em Tamandaré. Essa experiência tem aproximado consumidores dos agricultores, promovendo a venda direta dos produtos e diminuindo a atuação de atravessadores. A feira faz parte do Projeto "Trabalho Renda e Sustentabilidade no Campo" e foi iniciada por um grupo de trabalho composto por 4 mulheres – entre as quais, Elizabete – e 2 homens. Eles/as foram os/as primeiros/as feirantes da Feira Agroecológica de Tamandaré, sob orientação e assessoramento do Centro Sabiá.

É interessante notar a forma como a produção agropecuária do/a camponês/a é orientada no sentido de se atingir o máximo de valor agregado

possível. Como Ploeg (2008) já esclareceu sobre essa perspectiva, a criação e o aumento deste valor agregado do trabalho agropecuário do camponês refletem uma condição socioeconômica que, em certa medida, ampara-se em uma autonomia, inclusive na geração de renda familiar, mesmo em ambientes hostis do sistema capitalista, usando basicamente recursos auto criados ou auto manejados (PLOEG, 2008).

Conforme elucidou a agricultora, em 8 (oito) anos de existência, a feira sofreu algumas desistências, chegando a contar com a participação de apenas três feirantes. Atualmente, informou que tem se renovado e ampliado o número de famílias feirantes com a presença marcante da juventude. Hoje, a feira conta com 13 feirantes, 10 mulheres, sendo duas aposentadas, e 3 homens, sendo dois aposentados. Desse montante, 7 feirantes são jovens. O local da realização da feira é de boa circulação de pessoas, o que dá maior visibilidade à iniciativa de circuito curto de comercialização. Estão alocados na Praça da Bíblia, no centro da cidade de Tamandaré, conforme pode ser observado na Figura 1 abaixo.

A feira é um espaço de troca de alimentos e produtos, sejam eles *in natura* ou beneficiados. Há uma diversidade de manejo e beneficiamento dos alimentos nas exposições das barracas, sendo que, no caso da agricultora Elizabete, se apresenta com mais diversidade de oferta.

Na barraca de Elizabete, tem-se a oferta da macaxeira (*Manihot esculenta*) sem casca e embalada a vácuo; os subprodutos como a goma, a massa para bolo, a farinha e o beiju; galinhas e ovos; frutas; hortaliças e legumes, *in natura* e beneficiadas, pimenta biquinho (*Capsicum Chinese*), cebolinha (*Allium schoenoprasum*), pimentão (*Capsicum annuum* Group), abóbora (*Cucurbita*), berinjela (*Solanum melongena*), batata-doce (*Ipomoea batatas*), alho poró (*Allium porrum*), alface (*Lactuca sativa*), banana (*Musa sp.*) de diversas variedades, acerola (*Malpighia emarginata*), abacate (*Persea americana*), abacaxi (*Ananas comosus*), mamão (*Carica papaya*)).

As plantas medicinais e alimentícias não tradicionais também compõem a diversidade da barraca de Elizabete, como a ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata*), o jambu (*Acmella oleracea*), a amora (*Morus alba*), o capim santo (*Cymbopogon citratus*), a babosa (*Aloe Vera* L.), a mirra (*Commiphora myrrha*),

dentre outras. É de fato, um “mundo” de sabores e saberes as feiras agroecológicas.

Figura 1 - Localização da Feira Agroecológica de Tamandaré/PE



Fonte: Google Maps, (2021)

É nessa perspectiva que Schneider (2021, p.15) elucida que os circuitos curtos de comercialização se apresentam como uma alternativa frente ao sistema dominante que regula todas as relações. Elenca ainda que,

Os circuitos curtos de comercialização conseguem reconstruir a identidade entre o alimento, a sociedade e o território. [...] estes circuitos são capazes de superar refere-se ao risco e a incerteza, que é responsável pela geração de enormes custos de transação. [...] resgatam uma dimensão moral e ética entre os agentes participantes, pois para além da promoção de trocas de produtos e mercadorias que mudam de propriedade, as transações econômicas efetuadas se pautam em valores humanos e ambientais como justiça e sustentabilidade.

É importante salientar que, para além da feira, de forma geral, a fonte de renda das famílias do Assentamento Jundiá de Cima é proveniente da atividade agrícola, da aposentadoria e do trabalho assalariado nos canaviais da

Usina da região. A feira, nesses mais de oito anos de existência, tem se apresentado ora enquanto complemento de renda substancial da economia familiar, ora como a principal fonte de renda das famílias feirantes.

Durante a entrevista, a agricultora Elizabete informou que, para não levar alimentos e produtos iguais aos demais feirantes, ela foca na diversificação e diferenciação dos alimentos/produtos, como foi a experiência do alho poró, o qual não tinha costume de plantar. Nesse caso, por uma demanda da clientela, introduziu no seu planejamento produtivo. Atualmente, ela reúne cerca de 45 pessoas que consomem os alimentos e produtos de sua propriedade, inclusive por meio da divulgação nas redes sociais e vendas pelo WhatsApp.

Com o intuito de identificar como a clientela da agricultora camponesa Elizabete entende o significado da prática de ir à feira, foi elaborado um questionário aplicado remotamente, através do qual os/as clientes puderam, anonimamente, manifestar-se sobre as questões levantadas. No Quadro 1 são apresentados os resultados de forma sistematizada.

Foram entrevistadas 5 pessoas, sendo 3 do sexo feminino e 2 do sexo masculino, os quais representam 11% do público que consome os produtos de Elizabete na feira. Dentre os principais alimentos adquiridos pelos consumidores, estão as hortaliças como alface, rúcula (*Eruca vesicaria* ssp. Sativa), coentro (*Coriandrum sativum*), cheiro verde (*Petroselinum crispum*), as leguminosas como a abobrinha (*Cucurbita pepo*), jerimum (*Cucurbita moschata*) e frutas como banana, laranja (*Citrus X sinensis*) e abacaxi (*Ananas comosus*).

A primeira pergunta feita à clientela da feira, fidelizados a Elizabete, foi sobre o porquê de se comprar na feira. Os clientes foram enfáticos em suas respostas, destacando a vantagem em comprar direto de quem produz os alimentos, em razão da cobrança de um preço justo, além da feira possibilitar o contato com alimentos mais saudáveis, sem o uso de agrotóxicos, preservando a sua qualidade de vida e saúde. Sinalizaram, também, que o ato de comprar na feira é uma forma de valorizar a Agroecologia e a Agricultura Familiar.

Ao direcionarmos o foco para as motivações que os/as levaram a se tornarem clientes da agricultora Elizabete, apresentaram o argumento da

diversidade e qualidade da oferta de produtos. Concomitantemente, destacaram a simpatia, a presteza, a dedicação e a personalidade cativante da produtora.

Essas pessoas, segundo as informações socializadas por eles/as, percorrem entre 1 a 3 km para ir à feira agroecológica de Tamandaré e comprarem na barraca da Elizabete. Esse movimento é capaz de demonstrar a capacidade de atração das feiras livres e agroecológicas pela riqueza produtiva ofertada à sociedade. Ao passo que se percebe uma pujante transformação na consciência dos indivíduos quanto ao consumo – o quê, quando e por quê.

Além da tendência ao fortalecimento dos circuitos curtos no Brasil com a ampliação de feiras agroecológicas e da agricultura familiar, os últimos acontecimentos que impactaram nossa sociedade – especificamente a pandemia da Covid-19 – provocaram um aumento da procura por alimentos em circuitos curtos devido a três motivos: a demanda de produtos de proximidade, com menos manipulação e menos viagens; a solidariedade com produtores regionais afetados pela crise; e a procura de alimentos frescos, saudáveis e diversificados (CONTRIGIANI *et al.*, 2020).

Dentre as sugestões indicadas para melhorias na feira, foi quase unânime a necessidade de haver mais organização do espaço e de sua estrutura. Apenas um entrevistado não apresentou sugestão para melhorias daquele ambiente. Os entrevistados sinalizaram, também, a necessidade de garantir o horário de início da feira, que costuma ter atrasos. Sobre esse ponto, é importante frisar que o transporte dos agricultores e dos produtos da comunidade até Tamandaré, assim como o seu retorno ao Assentamento, são realizados pela prefeitura e, dessa forma, os atrasos são ocasionados pela logística do transporte, não dos/as feirantes.

A importância da relação entre produtor e consumidor se estabelece nas trocas realizadas durante a feira e que pode ser traduzida pela fidelidade de quem compra os produtos. Em uma discussão sobre redes de sociabilidade, consumo e resistência, Cuervo, Hamann e Pizzinato (2019) observam que a forma de produção de um alimento de maneira sustentável e com “respeito social” é o principal motivo de busca por parte de consumidores (as), ele é identificado por produtores(as) que acreditam ser este o motivo de busca de

sua clientela pelos seus produtos. Tal hipótese também foi confirmada nesse trabalho.

Dentre as questões necessárias para o acompanhamento de determinada feira, observa-se que a análise do perfil, demandas e avaliações dos consumidores são elementos necessários a se considerar. Em uma pesquisa sobre o perfil do consumidor de uma feira em transição agroecológica na Paraíba, Silva (2010) conclui que muitos dos dados obtidos através dos questionários são fundamentais para o planejamento de estratégias incentivadoras do consumo desses produtos. Já Gonçalves e Cordeiro (2010) apontam desafios a partir da experiência da Rede Ecovida que compreende um circuito de comercialização nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, que não é uma experiência de circuito curto, mas representa a viabilidade na construção de um SALT na região. Os autores destacam que a principal dificuldade dos consumidores é encontrar alimentos orgânicos com diversidade e regularidade da produção, o que nos faz considerar que muitos alimentos têm maior produtividade em outros climas e regiões.

Foi verificado que a cana-de-açúcar e a macaxeira são os principais cultivos no Assentamento Jundiá de Cima e o excedente da produção das famílias, que não é comercializado na feira, destina-se à venda em mercados institucionais por meio do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA), através da Associação Comunitária de Agricultores/as de Jundiá de Cima.

O PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) se apresentam, a partir de grupos organizados, como importantes ferramentas para compra da produção da agricultura familiar. Essas políticas também contribuem para o fortalecimento de sistemas agroalimentares locais ao estabelecerem a aproximação da produção agrícola camponesa com os espaços como as escolas e creches, por meio do consumo dos alimentos. Dessa forma, também se configura como importante política para a promoção da alimentação saudável e da segurança alimentar e nutricional, além de contribuir no combate às crescentes taxas de obesidade infantil (SOARES, *et al.* 2018; DINIZ, NEVES NETO, HESPANHOL, 2016).

A construção do conhecimento agroecológico e seu reflexo no manejo da agrobiodiversidade

Quanto à construção do conhecimento, Elizabete relata que as mulheres são muito receptivas para novos conhecimentos. O assentamento recebe visitas de técnicos e estudantes, que vão se somando no processo de socialização do conhecimento e desenvolvimento de projetos na comunidade.

Uma das características marcantes da comunidade é a educação. Há estudantes tanto do nível técnico, como do nível superior, incluindo nesse segundo segmento, a própria agricultora camponesa Elizabete Lima, entrevistada neste trabalho. Matriculada no Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia do IFPE - Campus Barreiros, é a própria discente Elizabete que sinaliza o quanto é alto o investimento para se poder estudar. A agricultora afirma que é necessário arcar com transporte, internet, entre outros custos, além da dificuldade em se deslocar para a universidade quanto ao tempo e custo.

Dada a trajetória de formação e atuação de Elizabete no trabalho com a Agroecologia, sua presença é de fundamental importância no processo de troca de conhecimento no Assentamento Jundiá de Cima. Muitas das práticas agroecológicas realizadas no Assentamento são parte do conhecimento tradicional dos agricultores, outras são fruto das ações com os parceiros. Mas também há a contribuição de Elizabete na persistência em experimentar e adotar as inovações no decorrer da sua trajetória.

A troca de experiências e intercâmbios na perspectiva da ecologia de saberes na qual o processo histórico que cada comunidade construiu no decorrer do tempo com a natureza se une às experiências desenvolvidas em outros contextos e em redes, formando a globalização contra-hegemônica (SILVA, *et al.* 2019).

A Agroecologia se apresenta como uma ciência, mas também um modo de vida que pretende atuar nas diversas dimensões da sociedade, dentre elas, a segurança alimentar e nutricional, nos quais as relações de poder sejam equilibradas, onde haja maior proximidade (geográfica, social, informacional) entre quem produz e quem consome (BORSATTO, 2020).

No Assentamento foram identificadas práticas de manejo que podem contribuir com o processo de transição agroecológica, sendo elas a conservação de sementes crioulas, o uso de esterco na adubação das plantações, o cultivo de cerca viva de sabiá (*Mimosa caesalpiniaefolia*) para proteção contra agrotóxicos, o cultivo e uso de plantas medicinais, elaboração de ração animal adaptada ao local.

As plantas medicinais são utilizadas na prevenção e tratamento das doenças nos animais e, segundo Elizabete, as galinhas nunca tiveram surto de doenças. Mesmo havendo a prevenção e tratamento naturais contra as pragas e doenças, a agricultora reforça que há aplicação de agrotóxicos no assentamento, incluindo nas unidades de produção vizinhas, o que compromete a produção agroecológica que é realizada na sua unidade. Por isso, a importância de estimular mais práticas e conhecimentos agroecológicos no assentamento, visto que a Agroecologia faz a ligação entre a alimentação e a relação homem-ambiente-saúde de forma ampla, contrapostas ao uso de agrotóxicos, considerando nossa responsabilidade pelo cuidado com o planeta, proporcionando sentidos não somente nutricionais (MIGUEL *et al.*, 2021).

As parcerias diagnosticadas neste estudo, contribuem para o fortalecimento da produção agroecológica no local e estabelece uma rede de organizações para o desenvolvimento do Assentamento Jundiá de Cima. Os projetos identificados foram aqueles desenvolvidos pelo Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), os quais implantaram hortas nos quintais produtivos e têm incentivado principalmente as mulheres jovens a cultivar e criar mais animais e comercializar.

Há também o projeto o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, que contribuiu com o assentamento implantando um Sistema Agroflorestal (SAF) e discutiu com a comunidade o planejamento da feira e boas práticas como a higienização e como comercializar na feira. Em uma pesquisa sobre os sistemas agroflorestais do Assentamento Jundiá de Cima, das quarenta famílias assentadas, somente 15% das famílias encontram-se em processo de transição agroecológica (MELO; SOUZA, 2013).

Nesta comunidade, portanto, é possível afirmar que as famílias estão em transição agroecológica, considerando que há um processo em curso de trabalho e práticas agroecológicas, estimulados pela experiência da feira e pela colaboração das organizações parceiras.

Tecendo considerações sobre o contínuo processo reflexivo da realidade

Conclui-se que a experiência de Elizabete, entre trajetória e prática, contribui para o desenvolvimento da Agroecologia no território, dando visibilidade e estimulando a ocorrência de processos de transição agroecológica no Território da Mata Sul de Pernambuco.

A produção camponesa tem um diferencial dos demais produtos encontrados nos mercados, pois se relaciona com aspectos tradicionais e culturais do modo de vida camponês, contribuindo para uma melhor alimentação e conservação da sociobiodiversidade do território. Em se tratando de comercialização para geração de renda, os circuitos curtos de comercialização demandam organização da produção e dos grupos parceiros, por isso a importância do trabalho em rede, incluindo aí os consumidores.

Há, ainda, a constatação de que deveria haver um apoio maior do Estado, na perspectiva de garantir condições objetivas para melhoria da feira, como regularidade do transporte da produção e feirantes, melhorias na estrutura das barracas de comercialização e assistência técnica permanente.

REFERÊNCIAS

BORSATTO, R. S. **Agroecologia e a construção de um sistema alimentar contra-hegemônico**. DOI:10.13140/RG.2.2.36400.17924.

CONTRIGIANI, A. C. *et al.* **Circuitos curtos de comercialização**. São Carlos: UFSCar/CPOI, 2020.

CUERVO, M. R. M.; HAMANN, C.; PIZZINATO, A. Feira agroecológica enquanto comunidade de prática: redes de sociabilidade, consumo e resistência. **Revista de Pesquisa e Debates em Ciências Sociais**, v. 22, n. 1, 2019. DOI: 10.5216/sec.v22i1.43743

DINIZ, R. F.; NEVES NETO, C. C.; HESPANHOL, A. N. A emergência dos mercados institucionais no espaço rural brasileiro: agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 234-252, 2016. DOI:10.12957/geouerj.2016.19161

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 92)

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GONÇALVES, T. R. Z.; CORDEIRO, E. F. Os desafios na construção de Sistemas Alimentares Territorializados (SALT's) para a promoção do Desenvolvimento Territorial Sustentável: estudos de casos do litoral Centro-sul de Santa Catarina e região Oeste do Paraná, Brasil. *In*: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8., 2010, Porto de Galinhas. [Anais] Porto de Galinhas, 2010. Disponível em: <https://nmdsc.paginas.ufsc.br/files/2011/05/ALASRUOs-desafios-na-construcao-de-Sistemas-Alimentares-Territorializados-SALTs-para-a-promocao-do-DTS.pdf>. Acessado em: nov. 2021.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1969.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama por cidades**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/panorama>. Acesso em: 12 nov. 2021.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, a. 11, n. 12, p. 57-67, jan./jun. 2008.

MELLO, M; SOUZA, R. Sistemas agroflorestais como uma alternativa de sustentabilidade no assentamento Jundiá de Cima, Tamandaré - PE. **Cadernos de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, nov. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Perfil territorial:** Mata Sul - PE. 2015. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_054_Mata%20Sul%20-%20PE.pdf . Acesso em: 22 nov. 2021.

MIGUEL, E. S. *et al.* Saúde e alimentação saudável no âmbito do uso indiscriminado de agrotóxicos. *In:* CARMO, D. L. *et al.* **Diálogos transdisciplinares em Agroecologia:** projeto café com agroecologia. Viçosa, MG: FACEV, 2021.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008. cap. 2, p.33-72.

SÍGOLO, V. M. Usina Catende silenciada: reflexões sobre a crise da luta por autogestão dos trabalhadores da cana em Pernambuco. *In:* **LUTAS anticapitalista:** dialética da autogestão em empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil. Marília, SP, 2019. p. 235-287

SOARES, P. *et al.* Programa Nacional de Alimentação Escolar como promotor de Sistemas Alimentares Locais, Saudáveis e Sustentáveis: uma avaliação da execução financeira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 12, p. 4189-4197, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182312.25582016>.

SILVA, D. A. O perfil do consumidor da feira de transição agroecológica do bairro Valentina Figueiredo, na cidade de João Pessoa – PB. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 107, p.124-128, 2010.

SILVA, R. O. *et al.* Valorização das frutas nativas e pensamento pós-colonial: busca de alternativas ao desenvolvimento. **Sustainability in Debate**, Brasília, v. 10, n.2, p. 111-124, ago. 2019.

SOUZA, S. T. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro: camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia.** 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Comercialização na agricultura familiar através dos mercados curtos: a experiência da quilombola Cristiane Correia da Silva (Engenho Siqueira / Rio Formoso – PE)

Ana Paula Gomes da Silva
Francisco Manoel de Assis Filho
Gildo Ribeiro de Santana
Henágio José da Silva

Como citar este capítulo:

SILVA, A. G. da et al. Comercialização na agricultura familiar através dos mercados curtos: a experiência da quilombola Cristiane Correia da Silva (Engenho Siqueira / Rio Formoso – PE). In: ANDRADE, Luciano Pires de; RIBEIRO, Maria Norma (Orgs.). **Estudos de caso: agricultura de base ecológica e mercados**. Recife: Agrofamiliar, 2021. p. 29-43. DOI: 10.52719/ABEM/cap02.



COMERCIALIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR ATRAVÉS DOS MERCADOS CURTOS: A EXPERIÊNCIA DA QUILOMBOLA CRISTIANE CORREIA DA SILVA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ENGENHO SIQUEIRA (RIO FORMOSO – PE)

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

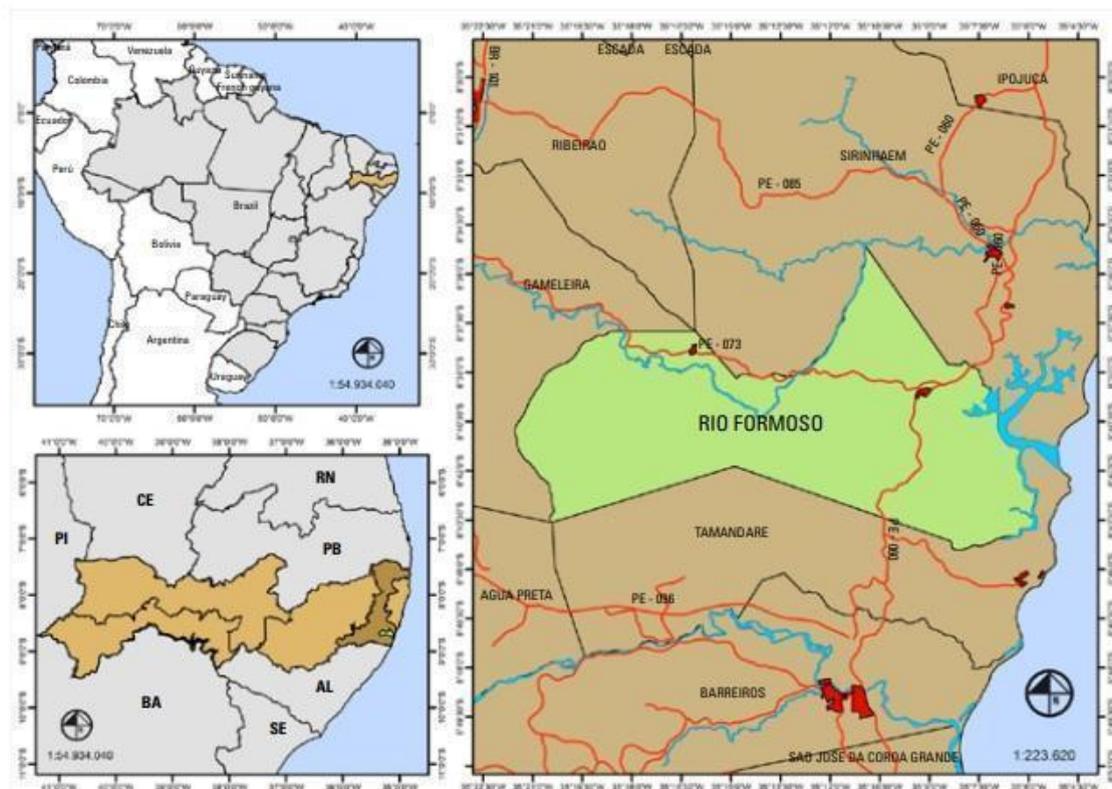
O presente estudo de caso retrata a experiência de Cristiane Correia da Silva, mulher quilombola residente na comunidade quilombola do Engenho Siqueira localizada no município de Rio Formoso – PE. Apresentaremos as estratégias utilizadas pela comunidade para comercializar sua produção por meio dos mercados curtos: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), venda direta na comunidade e nas feiras livres no município.

CONTEXTO HISTÓRICO DO *LOCUS* DO ESTUDO DE CASO

O estado de Pernambuco está dividido em Regiões de Desenvolvimento, entre elas se encontra a Mata Sul. Nesse território existem 24 municípios com características naturais (clima, precipitação, temperatura e vegetação) similares (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2010).

No território da Mata Sul, localiza-se o município de Rio Formoso (figura 1). Muito próximo do litoral sul de Pernambuco, com uma população total no ano de 2010 de 22.151 habitantes e população estimada para o ano 2021 de 23.719 habitantes. Com uma população rural de 8.778 habitantes, equivalente a 39,6% da população total (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Figura 1. Mapa de situação do município de Rio Formoso.



Fonte: Zoneamento Agroecológico de Pernambuco-Empresa brasileira de Pesquisa Agropecuária (ZAPE-EMBRAPA), com adaptações feitas por Girlan Cândido 2011.

Em relação aos aspectos físico-naturais, o município possui como vegetação originária a Mata Atlântica, floresta sub-caducifólia, bastante desmatada para implantação da monocultura da cana-de-açúcar (ANDRADE, 2009). O clima é tropical, quente e úmido, caracterizado por precipitações anuais que chegam a 2.000 mm anuais e temperaturas médias entre 25° a 26° graus (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2010).

De acordo com o IBGE (2010), existem 881 propriedades rurais, entre individuais e coletivas. No entanto, há um predomínio de latifúndios, em que são explorados a monocultura da cana-de-açúcar. Há no território a existência de assentamentos da reforma agrária, criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, perfazendo um total de 5 projetos de assentamento com 260 famílias beneficiadas (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2013). Muitos desses assentamentos recebem o nome do engenho no qual se localizavam.

O engenho Siqueira fica localizado na zona rural do município do Rio Formoso, situado na microrregião da mata meridional (Mata Sul) do Estado de Pernambuco, a 92 Km da capital Recife, fazendo limite com município de Tamandaré, Gameleira e Sirinhaém (INSTITUTO AGRONÔMICO DE PERNAMBUCO, 2015).

A localização do Engenho Siqueira é muito próxima da área urbana do município, fato que pode até confundir com a área supracitada (ARAÚJO, 2012). A Comunidade de Siqueira fica localizada a cerca de 4 km ao leste da cidade de Rio Formoso. Siqueira encontra-se num ambiente diferenciado na zona rural de Rio Formoso. Provavelmente por apresentar relevo mais acidentado e solo mais pobre, esse ambiente não foi tomado pela cana-de-açúcar, o que certamente favoreceu o refúgio dos negros livres e/ou rebelados de seus senhores dentro dessas matas, onde puderam sobreviver em função da agricultura e da possibilidade de extrair recursos naturais da Mata Atlântica e do manguezal (CASTRO, 2014).

Essa proximidade com a área designada como urbana pode facilitar o acesso mais rápido e contínuo às políticas públicas. Em contrapartida, também pode trazer conflitos relacionados às suas tradições culturais, principalmente quando se trata da sucessão rural.

O caminho do Engenho Siqueira também é conhecido quando se fala de ponto turístico na região, por causa de uma pedra que atualmente é denominada Pedra do Rei Midas. A pedra também é conhecida como Pedra Grande e Pedra Encantada, mal-assombrada, que a comunidade prefere chamar pela segunda opção citada. Lendas e mitos fazem parte da identidade das comunidades quilombolas (ARAÚJO, 2012).

No Brasil, os grupos sociais com identidades socioculturais específicas vêm enfrentando, ao longo da história, significativas ameaças ao seu modo de vida. A resistência desses grupos deu origem a movimentos sociais e, por fim, assegurou-lhes certo reconhecimento e amparo legal (CASTRO, 2014).

A comunidade remanescente de quilombo do Engenho Siqueira foi reconhecida pela Fundação Palmares em 08 de março de 2005. O governo federal reconheceu e publicou o ato no Diário Oficial da União em 12 de julho do mesmo ano. A comunidade, que tem cerca de 100 famílias, é a única

reconhecida pela Fundação Palmares na região da Mata Sul (INSTITUTO AGRONÔMICO DE PERNAMBUCO, 2015).

No engenho Siqueira se pratica a agricultura tradicional, originária da população indígena da Zona da Mata Sul e da população negra oriunda da África, que foram escravizadas nas fazendas e latifúndios da região e que, posteriormente, se organizaram em quilombos e vêm transmitindo esses conhecimentos por gerações. Estas práticas agrícolas nasceram das vivências e observação da natureza, que tanto eram desempenhadas nas aldeias, bem como em quilombos da região e que terminaram consolidando-se em manejos tradicionais desses povos (ARAÚJO, 2012).

Entender como ocorreu a ocupação deste espaço, organização social, cultural e memória coletiva nos dá subsídios para entender a forma de produção agrícola e pecuária atual do Engenho Siqueira.

INDICADORES DE PRODUÇÃO DO *LOCUS* DO ESTUDO DE CASO (IPA, 2015)

Na Zona da Mata Sul de Pernambuco, o sistema de cultivo denominado *plantation* predomina no território, em especial com o monocultivo da cana-de-açúcar destinada, principalmente, à produção de açúcar. Porém, dentro desse sistema hegemônico, opressor e excludente, ocorrem cultivos diversificados e com base em princípios agroecológicos em algumas áreas, notadamente em assentamentos.

É o que ocorre com a produção dos agricultores e agricultoras quilombolas do Engenho Siqueira no município de Rio Formoso - PE. As tabelas abaixo mostram a grande diversidade de produção agropecuária dessa comunidade, que resiste em meio aos canaviais que dominam o território. No contexto da diversidade produtiva está incluída a parcela de terra da agricultora, pescadora e quilombola Cristiane Correia da Silva. Assim, pode-se observar a produção agropecuária existente no Engenho Siqueira no ano de 2015, conforme os dados levantados pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), através do Plano de Ação Municipal (PAM).

a) **Agrícola**

| Cultura | Agricultor nº | Área (ha) | Produção (t) | Produtividade kg/ha | Irrigada (ha) | Sequeiro (ha) |
|----------|---------------|-----------|--------------|---------------------|---------------|---------------|
| Coco | 30 | 80 | 120 | 15000 | | 80 |
| Banana | 30 | 30 | 1200 | 40000 | | 30 |
| Mandioca | 30 | 15 | 150 | 10000 | | 15 |

Fonte: (IPA, 2015)

b) **Pecuária**

| Criação | Criador(nº) | Rebanho plantel (cab.) | Produção | | | Produtividade média | | |
|-----------------|-------------|------------------------|------------|------------|-----------|---------------------|-----------|-----------|
| | | | Carne (kg) | Leite (kg) | Ovos (dz) | Carne (kg) | Leite(kg) | Ovos (dz) |
| Bovinos | 20 | 80 | 16800 | | | 210 | | |
| Galinha Caipira | 40 | 2000 | 6000 | | | 3,0 | | |
| Caprinos | 01 | 40 | 600 | | | 15,0 | | |

Fonte: (IPA, 2015)

c) **Aquicultura**

| Espécie | Forma de criação (tanque rede, açude, viveiro, etc). | Quantidade (forma de criação) |
|---------|--|-------------------------------|
| Camarão | Viveiros | 07 |
| Tilápia | Viveiros | 04 |
| Camurim | Viveiros | 03 |

Fonte: (IPA, 2015)

d) **Derivados**

| Derivados | Produto | Volume de Produção dos derivados (kg) |
|-----------|-------------------------|---------------------------------------|
| Cocada | Coco e Banana | 200 |
| Farinha | Mandioca | 5000 |
| Beiju | Mandioca | 500 |
| Bolo | Mandioca, milho, banana | 1000 |
| Tapioca | Mandioca e coco | 250 |
| Manuê | Mandioca | 50 |

Fonte: (IPA, 2015)

e) **Produção da Biodiversidade (extrativista)** - cajá, umbu, araçá, ingá, jaca etc., nº de famílias ocupadas em cada atividade e volume de produção)

| Espécie | Famílias ocupadas – nº | Volume de Produção (t) |
|---------|------------------------|------------------------|
| Cajá | 20 | 10,0 |
| Jaca | 20 | 10,0 |

Fonte: (IPA, 2015)

f) **Produção de Base Agroecológica: orgânica.**

| Produção | Produto | Área (há) | Volume de Produção (t) |
|----------|--------------------|-----------|------------------------|
| Orgânica | Plantas medicinais | 1,0 | 2,0 |
| | Banana | 10,0 | 40,0 |
| | Coco | 50,0 | 500,0 |

Fonte: (IPA, 2015)

PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO ATRAVÉS DE MERCADOS CURTOS

A agricultura familiar é uma classe estabelecida por Lei Federal 11.326/06 que considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: 1º) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 módulos fiscais; 2º) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento; 3º) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; e 4º) dirija o estabelecimento ou empreendimento com a família (BRASIL, 2006). Essa classe de trabalhadores e trabalhadoras pode ser reconhecida e, assim, dispor de mecanismos para acesso a políticas públicas e, conseqüentemente, ao fortalecimento da classe.

Para Rover e Riepe (2015), os agricultores familiares e suas organizações exercem importante contribuição para a sociedade, mediante o fornecimento de alimentos variados que vão ao encontro do desejo dos consumidores por alimentos de melhor qualidade biológica e organoléptica.

Consumir alimentos com essas qualidades contribui para o enfrentamento de problemas de saúde pública, muito provocados pelo “jeito moderno de se alimentar”, a partir de alimentos industrializados e ultraprocessados.

Os alimentos da agricultura familiar no Brasil, em sua maior parte, são comercializados em mercados locais ou regionais. Dessa forma, segundo o IBGE (2006), grande parte desses alimentos chegam às mesas dos brasileiros. Ainda segundo o IBGE, a agricultura familiar produz cerca de 70% do feijão e da mandioca da cesta básica brasileira.

As formas que esses alimentos chegam em nossas mesas são diversas: feiras livres, feiras específicas de produtos da agricultura familiar e da produção de base ecológica. Além, dos caminhos institucionais como PAA e PNAE (merenda escolar). Esses modelos de comercialização são denominados de Circuitos Curtos de Comercialização – CCCs (AMARAL *et al.*, 2020).

Os circuitos curtos são formas de comercialização através de venda direta, de quem produz para quem consome, ou por venda indireta, com a condição de não existir, acima, um intermediário, ao qual está associada uma proximidade geográfica e relacional entre produtores e consumidores (MAMAOT, 2013).

A reconexão ou (re)aproximação entre consumidores e produtores está entre os principais argumentos em defesa das cadeias curtas de comercialização de bens alimentares. Os elos perdidos entre produtores e consumidores no sistema alimentar convencional seriam restaurados pelos circuitos curtos, com significativo potencial na construção de sistemas alimentares mais sustentáveis, tanto do ponto de vista produtivo quanto da comercialização (AMARAL *et al.*, 2020).

O conceito de circuito curto de comercialização de alimentos, conforme apontado por Darolt (2013) é utilizado na França para caracterizar os circuitos de distribuição que mobilizam até, no máximo, um intermediário entre produtor e consumidor, assim como uma distância de até 80 km. Para Sevilla Gusmán (2012), esses mesmos circuitos se constituem dentro do sistema agroalimentar como contraponto ao modelo de produção e comercialização predominante.

A produção diversificada exige a construção de circuitos comerciais que a viabilizem. Neste sentido, os mercados de proximidade ou circuitos curtos de

comercialização (CCC) de alimentos implicam em facilidades de distribuição, transporte, gestão das vendas e maior identificação entre produtores e consumidores, além de uma opção ideológica contrária aos circuitos longos, representativos da agricultura convencional (COMUNELLO, 2010).

Na perspectiva agroecológica, a produção diversificada representa o ponto central, pois, desde os estudos de Darwin, sabe-se que os ecossistemas mais estáveis (resilientes a eventos externos) são aqueles mais diversificados e complexos. Isto exige processos comerciais apropriados, que priorizem o abastecimento dos mercados locais, que encurtem as distâncias entre a produção e o consumo de alimentos, permitindo a produção e a comercialização diversificadas, evitando assim o desperdício de energia gasta no transporte dos produtos (ALTIERI, 2012).

CAMINHOS PERCORRIDOS

A elaboração do presente estudo de caso foi motivada pelos conhecimentos apreendidos durante ministração da disciplina Agricultura de base ecológica e mercados, cursada no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Sobre o estudo de caso, Yin (2005, p.19) indica que se trata de "apenas uma das muitas maneiras de se fazer pesquisa". Nessa perspectiva e a partir desse método, surgem inúmeras possibilidades de abordagens, por meio de múltiplas fontes de evidência para compreender um determinado problema de pesquisa. Ainda para esse autor, nesse tipo de estudo o pesquisador não tem controle sobre o fenômeno observado, apenas se debruça sobre o fenômeno para fins de análise.

O presente estudo de caso foi realizado no município de Rio Formoso, localizado na Mata Sul de Pernambuco. Observamos, especificamente, as experiências relativas ao acesso aos mercados curtos vivenciados pela quilombola Cristiane Correia da Silva, residente na comunidade quilombola do Engenho Siqueira localizada no município acima citado.

Para realização deste estudo de caso, procedemos a uma revisão bibliográfica e, concomitantemente, utilizamos os princípios da pesquisa exploratória documental para acessar o Plano de Ação Municipal de Rio Formoso - PE (PAM), plano esse, realizado pelo Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA. Ainda, fizemos uso de dados apresentados por Cristiane Correia da Silva durante imersão virtual realizada no dia 27 de agosto de 2021, cujo objetivo foi refletir sobre a agricultura de base ecológica e os mercados curtos existentes no território da Mata Sul - PE. Essa imersão foi promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da UFRPE. Neste estudo, buscou-se compreender e refletir sobre as formas de comercialização que a agricultora quilombola acima mencionada vem acessando os mercados curtos.

PRINCIPAIS DESTAQUES DA EXPERIÊNCIA DO ESTUDO DE CASO

Cristiane, que é agricultora e pescadora, atualmente está como vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Formoso e, pertencente à comunidade quilombola Engenho Siqueira, traz consigo forte memória ancestral, a qual influencia as atividades desempenhadas na sua unidade de produção de agricultura tradicional.

Apesar de produzir de forma diversificada, tem como sua principal atividade, atualmente, a produção de mudas de plantas medicinais e ornamentais. Entretanto, também cultiva abacaxi e é beneficiária do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa de Alimentação Escolar (PNAE), para os quais fornece principalmente produtos beneficiados, como bolos de macaxeira, mandioca e milho.

Cristiane comercializa seus produtos na feira agroecológica e na feira livre do município, embora relate muita dificuldade com a logística, sobretudo o deslocamento da comunidade até os espaços de comercialização por causa das condições da estrada que liga a comunidade ao restante do município.

O extrativismo de frutos do mar é outra atividade muito presente nas atividades da unidade de produção tradicional quilombola de Cristiane e estes

produtos são vendidos sob encomenda diretamente em sua residência. Os principais produtos comercializados são marisco, sururu, aratu e guaiamum.

É importante salientar que, mesmo com todo conhecimento tradicional, Cristiane recebe assistência técnica e extensão rural de um extensionista rural do Instituto Agrônomo de Pernambuco desde 2007. Isso tem sido muito importante, tanto na questão do apoio para produção, tendo em vista o desafio que tem sido produzir sem o uso de agroquímicos nas últimas décadas, devido aos impactos ambientais causados pelo homem, bem como devido ao auxílio de programas sociais e de escoamento da produção, como é o caso do PAA e PNAE e outras cadeias curtas de comercialização.

A organização social da comunidade também merece total destaque. Somadas ao conhecimento tradicional quilombola, a ATER garante a perpetuação dos saberes locais, acesso e venda da produção em mercados curtos, fixação e manutenção dos indivíduos e do coletivo na comunidade quilombola Engenho Siqueira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas reflexões incluíram desde o papel da assistência técnica desenvolvida pelo extensionista rural do Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA na cidade de Rio Formoso - PE, Jean Carlos, que presta ATER no quilombo e, conseqüentemente, à Cristiane, desde 2007, aos desafios de Cristiane em manter as tradições no beneficiamento dos produtos que são comercializados, sejam nas feiras ou para os programas governamentais, como também no extrativismo dos frutos do mar postos para venda, frente às exigências das legislações relacionadas à produção, beneficiamento e venda de alimentos que, muitas vezes, não dialogam com agricultores de base familiar incluindo os de comunidades tradicionais.

Verificou-se que todo excedente da produção agropecuária, o extrativismo e os alimentos beneficiados produzidos pela agricultora quilombola Cristiane Correia da Silva são destinadas aos Circuitos Curtos de Comercialização - CCCs, com a venda direta aos consumidores ou ocorrendo a intermediação de, no máximo, um sujeito, seja nos mercados institucionais PAA

e PNAE, seja nas feiras livres e agroecológica. Percebeu-se que essas modalidades de comercialização atendem as necessidades da agricultora e fortalecem a agricultura tradicional quilombola. Notou-se, ainda, que a principal dificuldade nesses processos de comercialização da produção foi a logística necessária para chegar com os alimentos nos pontos de vendas, principalmente pela dificuldade de trafegabilidade nas estradas rurais.

A unidade de produção familiar tradicional quilombola de Cristiane Correia da Silva mantém significativa influência da memória ancestral quilombola. Ainda, toda dinâmica cotidiana da comunidade preserva as tradições quilombola. A ATER institucional direciona políticas públicas e programas sociais para a comunidade e apoia redes de mercados de ciclos curtos informais e formais, bem como da organização social.

Toda essa rede de apoio garante a produção de produtos de qualidade, respeitando e protegendo de forma sustentável o meio ambiente e que preserva e perpetua o conhecimento tradicional quilombola da comunidade Engenho Siqueira. Vale salientar, também, que garante a segurança, a soberania alimentar e gera renda.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

AMARAL, L. de S. *et al.* O papel das Cadeias Curtas de Comercialização na construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável no semiárido nordestino: o caso da Central de Comercialização da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte (CECAFES). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 55, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/74160>. Acesso em: 14 dez. 2021.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Geografia de Pernambuco**: ambiente e sociedade. João Pessoa: Grafset, 2009.

ARAÚJO, M. G. de. A comunidade remanescente de quilombo do Engenho Siqueira: territorialidade, identidade quilombola e potencialidade da agroecologia. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, Bogotá, v. 21, n. 1, p. 99-114, 2012. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-215X2012000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 dez. 2021.

BRASIL. Lei 11.326 de 24 de julho de 2006. **Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 20 nov. 2021.

CASTRO, M. F. de. **Construindo a sustentabilidade dos povos da maré através da co-inovação**. 2015. 263 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/286033859_Tese_CONSTRUINDO_A_SUSTENTABILIDADE_DOS_POVOS_DA_MARE_ATRAVES_DA_CO-INOVA_CAO. Acesso em: 28 dez. 2021.

COMUNELLO, F. J. Os movimentos nos mercados: a formação dos circuitos agroecológicos e orgânicos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO, 5., 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/674664/OS_MOVIMENTOS_NOS_MERCADOS_A_FORMA%C3%87%C3%83O_DOS_CIRCUITOS_AGROECOL%C3%93GICO_E_ORG%C3%82NICO?pop_sutd=false. Acesso em: 15 dez. 2021.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: Reconnectando produtores e consumidores. *In*: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA L.; VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. Disponível em:

<https://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2013/07/>. Acesso em: 28 nov. 2021.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Árvore do conhecimento territorial da Mata Sul Pernambucana**. 2010. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio_mata_sul_pernambucana/arvore/CONT000fbz2ztdp02wx5eo0sawqe3h68l5n4.html. Acesso em: 20 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/rio-formoso/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 20 nov. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Projetos de Assentamentos em Pernambuco**. 2013. Disponível em: http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?CodInformacao=805&Cod=3. Acesso em: 14 dez. 2021.

INSTITUTO AGRONÔMICO DE PERNAMBUCO. **Plano de ação municipal**. Rio Formoso: [s. n.], 2015.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Mar, ambiente e ordenamento do território**: estratégia para a valorização da produção agrícola local - relatório final do grupo de trabalho GEVPAL. Lisboa, PO: Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, 2013. Disponível em: https://www.gpp.pt/pac2013/ct/1a-Diagnostico_PDR_2014_2020_30_10_2013.pdf. Acesso em 20 nov. 2021.

ROVER, O. J.; RIEPE, A. de J. A relação entre comercialização de alimentos e princípios agroecológicos na rede de cooperativas de reforma agrária do Paraná. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 38, p. 663-682, ago. 2015.

Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/41984>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SEVILLA GUSMÁN, E. **Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía**. Andalucía: Centro de Estudios Andaluces, Consejería de la Presidencia e Igualdad, 2012. Disponível em: https://www.juntadeandalucia.es/export/drupaljda/CCC_alimentaria_en_Andalucia_2012.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.

YIN, Robert K. **Estudos de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CAMPESINATO NO TERRITÓRIO DA MATA SUL DE PERNAMBUCO: CONCEITOS, VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS

Esmeraldo Leal dos Santos

Como citar este capítulo:

LEAL, E. Campesinato no território da Mata Sul de Pernambuco: conceitos, vivências e resistências. In: ANDRADE, Luciano Pires de; RIBEIRO, Maria Norma (Orgs.). **Estudos de caso: agricultura de base ecológica e mercados**. Recife: Agrofamiliar, 2021. p. 44-61. DOI: 10.52719/ABEM/cap03.



CAMPESINATO NO TERRITÓRIO DA MATA SUL DE PERNAMBUCO: CONCEITOS, VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS

Esmeraldo Leal dos Santos¹

APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA: CONCEPÇÕES DE CAMPESINATO

A luz da bibliografia e dos debates nas disciplinas e das etapas de imersões promovidas pelo Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT), na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), pretendo fazer uma breve análise do conceito de campesinato e da sua possível reconfiguração no Território da Mata Sul do Estado de Pernambuco. Além disso, esse estudo se alimenta dos argumentos apresentados por importantes lideranças do território, mas, especialmente, no estudo de caso da usina Catende, a partir do discurso do camponês militante e pesquisador, Lenivaldo Lima.

Inicialmente, destaco que, segundo Guzman e Molina (2013), o início das discussões sobre campesinato acontece desde, pelo menos, o Século XVIII. Escrevem:

Rastrear a gênese teórica do campesinato no pensamento social agrário, dessa perspectiva, supõe partir necessariamente do esforço dos traços básicos dos movimentos intelectuais, que poderiam ser definidos como pensamento evolucionista sobre o campesinato e Direito Consuetudinário camponês (GUZMAN; MOLINA, p. 21-22).

Para Cunha (2012), um dos muitos estudiosos que procurou situar a relação entre o papel do campesinato em Marx e no Marxismo (Lenin, Gramsci e Mao Tse-tung), o conceito de campesinato assume, ao longo de sua história, importância como categoria analítica no pensamento marxista e como força prática enquanto agente de transformação social e econômica.

¹ Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT/UFRPE. Diretor de Ação Fundiária da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário do Estado de Sergipe – EMDAGRO e Pesquisador do Grupo de História Popular do Nordeste – CNPQ/UFS.

Segundo este autor, é na segunda metade do século XIX, contudo, que Karl Marx (1975, p. 12), ao explicar o papel do campesinato no processo revolucionário, apresenta-o como um grupo conservador e antirrevolucionário que poderia, inclusive, atrapalhar ou atrasar o processo revolucionário protagonizado pelos operários. Esse debate ganha ainda mais centralidade em Lenin e em Gramsci, quando estes procuram entender a complexa relação cidade/campo e os impactos nos processos revolucionários. Ou, ainda, a análise feita por Mao Tse-tung sobre a necessária relação do campesinato com o exército vermelho e o processo revolucionário chinês. Partindo da argumentação de Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista, Paulo Cunha vale-se desse ponto de referência para introduzir rico debate no campo marxistas:

Os autores, no entanto, são categóricos ao afirmarem que o verdadeiro agente revolucionário é o proletário do processo produtivo moderno. (...) Esse é o ponto nevrálgico a partir do qual decorrem as críticas ao caráter individualista e proprietário do campesinato – ou seja, o apego à propriedade privada, que norteará as futuras reflexões de várias correntes marxistas (CUNHA, 2012, p. 24).

Esse debate dentro do marxismo não foi superado. Continua presente e ativo, no mundo, na América Latina e no Brasil. Uma das provas da sua atualidade é o próprio surgimento de uma organização internacional composta por movimentos camponeses, com representações em todos os continentes, a Via Campesina. Ao estudá-la, Desmarais (2013) fala da sua importância e da ressignificação do “ser camponês” atual:

Hoje, os mestres da globalização esperam que eles [os camponeses] sucumbam diante das grandes fazendas comerciais. Entretanto, os camponeses estão se recusando desobedientemente a desaparecer. Na realidade, diante do modo de desenvolvimento voltado para garantir a extinção dos camponeses e pequenos agricultores, a Via Campesina está redefinindo o que significa ser um camponês ou pequeno agricultor. Está ocorrendo um processo de ‘recamponização’ conforme as organizações nacionais e regionais orgulhosamente

abraçam o termo 'camponês' para se autodescreverem (DESMARAI, p. 295).

DEBATE SOBRE O CAMPESINATO NO BRASIL

No caso específico do Brasil, em que a questão agrária deveria estar no centro das discussões, uma vez que, como é ponto pacífico, caracteriza-se por ser um dos países com maior concentração de terras do planeta, ocupando a segunda posição no ranking mundial. Essa desigualdade extrema no acesso à terra tem como consequência inevitável, principalmente, o surgimento de conflitos sociais que atravessam sua história. Por isso, falar de campesinato no Brasil é falar de resistência e de resiliência na sua relação com a terra. De acordo com a maioria dos estudos sobre o processo de colonização do Brasil, essa visão de que a história do campesinato no Brasil é por definição uma história de conflitos e de resistência, torna-se ainda mais contundente quando nos referimos ao litoral brasileiro ou a zona da mata, especialmente por ter sofrido mais intensamente os efeitos perversos dos séculos de colonização.

Dentre esses estudos sobre o campesinato no Brasil, destaco as contribuições de pensadores marxistas da segunda metade do século passado, tais como Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Inácio Rangel e André Gunder Frank. Segundo analisa Abramovay (1994), esses teóricos empreenderam um longo debate sobre uma possível "herança feudal" e seus impactos na formação do campesinato brasileiro. Havia, em seu entender, uma corrente que defendia essa herança e argumentava que o Brasil precisava passar por etapas para chegar a um determinado padrão de desenvolvimento. Os principais defensores dessa corrente eram Sodré e Guimarães que acreditavam que o Brasil era um país atrasado em relação aos países de estrutura agrária moderna e que, por isso, precisava superar esse atraso e se adequar a processos mais desenvolvidos de produção.

Dominada pelo latifúndio, a agricultura é incapaz de se desenvolver tecnicamente e de contribuir para a evolução permanente da produção. Tanto mais que a maior parte dos trabalhadores rurais, não

tendo acesso à terra, não pode participar do processo social de progresso técnico (ABRAMOVAY, 1994, p. 96).

Já a segunda corrente de pensadores, liderada por Caio Prado Júnior, rejeitava essa concepção de que o Brasil herdou um atraso feudal, que impedia a prática do capitalismo moderno e os padrões europeus de evolução econômica e social. Por conseguinte, também rejeitava o argumento de que, para que o Brasil se desenvolvesse, deveria adotar as etapas de evolução, instaurando, assim, o capitalismo. Para Prado Júnior (1979, p. 09), o Brasil colonial já vivia sob o jugo do capitalismo, uma vez que a forma de exploração do trabalho obedecia àquela que caracterizava o capitalismo, assim como a tecnologia usada nos engenhos. Portanto, o Brasil não poderia ser chamado de atraso quando o assunto fosse a estrutura de modernização. Entretanto, Prado Júnior (1979, p. 67) chama atenção para uma característica que era específica do Brasil, em comparação com países da Europa, a saber: a permanência da exploração do trabalho escravo que já havia sido superado pelos alhures, mas que por aqui continuava como uma das principais práticas econômicas.

Esse intenso debate que houve na sociologia agrária brasileira, desde pelo menos a segunda metade do século passado, caracterizou-se pela presença dessas duas concepções divergentes sobre campesinato no Brasil, em que se defendia, de um lado, um campo atrasado e, de outro, uma organização agrária moderna e capitalista, mas com a manutenção da exploração do trabalho escravo. Um dos estudiosos da obra de Prado Júnior, Eric Sabourin (2009), entende nesses termos uma de suas principais conclusões:

No Brasil, para Prado Jr., se teria passado diretamente da escravatura para o assalariamento dos trabalhadores rurais. No que tange os pequenos produtores autônomos que sempre existiram e que ele agrupa sob o termo 'pequeno lavrador', estes estariam historicamente integrados ao sistema capitalista sob uma forma dependente. Na verdade, brincando com as palavras, ele reconhece a existência de um campesinato não assalariado, mais ou menos dependente do mercado e dos grandes proprietários (SABOURIN, 2009, p. 02).

Na verdade, não é apenas sobre a caracterização do campesinato brasileiro que os pensadores divergem, mas também sobre seu significado preciso. O sociólogo José de Souza Martins adentra essa seara acadêmica e destaca que o uso dos termos camponês e campesinato aqui no Brasil é relativamente recente, datando pelo menos do final do século passado. Antes eram utilizados os termos, caipira, caiçara, tabaréu, caboclo, índio (para designar o homem do campo na região Norte). Além desses, segundo Martins, outros nomes também podem ser apresentados, como: jeca (atrasado) caipira (do interior), trabalhador rural (muito usado da base sindical, geralmente relacionado ao assalariado rural), pequeno agricultor (em contraponto ao “grande”), colono (geralmente vinculado aos imigrantes das regiões Sul e Sudeste), posseiro, meeiro, acampados, assentados, sem-terra, produtor rural, agricultor familiar etc. Porém, independente do lugar, do tempo e da palavra, percebe-se que na nossa sociedade esses atores sociais são vistos de forma pejorativa, sendo considerados de categoria inferior, marginalizada. E, ainda, fracionada e dispersa. Conforme Martins (1995):

As diferentes palavras, que em diferentes lugares designam o camponês, tinham um duplo sentido, como disse antes. Definiam-no como aquele que está no outro lugar, no que se refere ao espaço, e como aquele que não está senão ocasionalmente, e nas margens, nesta sociedade. Ele não é de fora, mas também não é de dentro. Ele é, num certo sentido, um excluído (MARTINS, 1995, p. 24- 25).

Pode-se dizer que esse debate sobre o significado de campesinato não ficou no passado, continua bastante atual. Tanto é assim que em 2003 foi criada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), pelo governo federal, que buscava dar unidade conceitual, denominando-os como “Agricultores Familiares”, para que fosse estabelecida uma política pública de assistência social específica, recolocando, assim, a importância da discussão. Contudo, essa unidade conceitual também tinha a pretensão de invisibilizar a identidade e a ação de classe que permeia o conceito de campesinato.

Isso porque, mais recentemente, no governo do presidente Jair Bolsonaro, grande parte das conquistas trazidas com o PNATER foi esvaziada ou extinta, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); programas que mantinham certa identidade para os trabalhadores do campo. Entretanto, em parceria com o Sistema Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), este governo tenta reenquadrá-los como “Médio Produtor Rural”, que empreende para se integrar ao agronegócio. Com isso, volta à condição de invisibilidade já apresentada por José S. Martins (1995), ou seja, é aquele que não existe em grupo, como sujeito coletivo, e que compartilha com iguais suas demandas e suas pautas de resistências. Sobre isso, escreve o autor:

A ausência de um conceito, de uma categoria, que localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como tem se dado a sua participação nesse processo – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando (MARTINS, 1995, p. 25).

O professor Thomaz Júnior (2008) também defende que a fragmentação e a heterogeneização do conceito de trabalho e suas implicações na cidade e no campo, colocam o “ser camponês sob fogo cruzado”, pois o individualiza enquanto ser social na medida em que é integrado à estrutura de organização do trabalho capitalista. Em suas palavras:

Essa base material de sustentação do edifício social no campo impõe aos camponeses o impasse de classe: negar o modo camponês/familiar de reprodução social, e adotar a racionalidade capitalista, podendo se transformar em agricultores familiares em escala empresarial, ou se proletarizarem (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p. 283).

O TERRITÓRIO DA MATA SUL E A EXPERIÊNCIA DA USINA CATENDE

Como vimos, o tema sobre o fim do campesinato ou sua fragmentação enquanto identidade coletiva é atual. Inclusive aparece com muita força nas imersões promovidas pelo PPGADT no Território da Mata Sul do Estado de Pernambuco. Entretanto, aparece de forma que chamarei aqui de controversa, na medida em que pudemos constatar que sofreu com inúmeras experiências de racionalização capitalista, mas que, apesar disso, encontraram modos coletivos de enfrentamento, em alguns casos positivos. Prova disso é a emergência de questões como: É possível falarmos de campesinato na sociedade atual? Seria camponês um ente do passado, que não teria um papel criativo nas sociedades contemporâneas? Qual a relação dessa categoria com a agroecologia? E, por fim, quais as formas de resistências e sobrevivências na relação com o agronegócio e os modelos de desenvolvimento impostos pelo capitalismo? Essas questões, me parecem, são relevantes para o debate de hoje.

É importante ressaltar que o Território da Mata Sul do Estado de Pernambuco sofre as consequências de um processo de colonização que impôs a monocultura da cana e afastou o homem liberto e a mulher liberta da terra. Isso ficou explícito nas conversas das imersões. Por isso, ao analisar esse aspecto da relação conflituosa com o latifúndio, a professora Wanderley (1996) reforça:

No Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela que recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Nesse contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira (WANDERLEY, 1996, p. 09).

O conflito sempre foi a tônica no Território da Mata Sul. Sejam as greves da final da década de 1970, as ocupações de terra de meados da década de 1980, as lutas por reconhecimento das comunidades tradicionais dos anos 2000 ou as lutas atuais dos posseiros contra as reestruturações das usinas, contra o projeto de desenvolvimento industrial e portuário de SUAPE ou contra

o avanço da grilagem da pecuária extensiva. Sobre isso, discorre Medeiros (2010):

No que se refere aos assalariados, a grande maioria já vivia fora das propriedades e emergiu na cena política por meio de ciclos de greves, entre o final dos anos 1970 e meados da década de 1980. A primeira delas ocorreu na Zona da Mata pernambucana, em 1979, sob a liderança da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE). (...) Além das reivindicações salariais, a pauta incorporou a antiga reivindicação por acesso à terra, recuperando a lei que permitia aos trabalhadores da cana que viviam no interior da propriedade usar os dois hectares de terra para o plantio de bens de subsistência (MEDEIROS, 2010, p. 129).

É nesse ambiente de lutas históricas e conflitos atuais que nos deparamos com as diversas realidades das comunidades visitadas na imersão, conhecendo as experiências dos quilombolas, de grupos de jovens e de mulheres, de assentados e reassentados, de lideranças sindicalistas, cooperados, advogados, pesquisadores, agentes de saúdes, agentes ambientais, representantes de Organizações Não Governamentais (ONGs) e do Fórum de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário de SUAPE.

De modo geral, os relatos apontaram para uma unidade territorial caracterizada, principalmente, pela monocultura da cana-de-açúcar, com um regime de superexploração da mão-de-obra, que vem do escravismo, passa pela atual precarização do trabalho e que está em permanente conflito com experiências históricas de lutas e resistências dos povos do campo. Assistimos ainda, o processo de falência das usinas e a crise do complexo industrial sucroalcooleiro; com o fortalecimento da pecuária de corte, acentuam-se os conflitos entre posseiros e grileiros. Sem falar do modelo de “desenvolvimento” implementado pelo megaprojeto de SUAPE.

Isso também gerou, entretanto, experiências positivas, como a apresentada pelo técnico, produtor e Secretário de Desenvolvimento Rural e Sustentabilidade da cidade de Chã Grande (PE), Joseildo Martins. Isso, segundo ele, pela falência da usina Nossa Senhora do Carmo e com o pagamento das indenizações com terra. Nas suas palavras:

Sua falência causou, inicialmente, um enorme prejuízo na cidade. Mas, para a nossa felicidade, ela pagou as ações trabalhistas com terra. Foram mais de cinco mil pequenas propriedades, de diversos tamanhos, repassados para as famílias (Joseildo Martins).

Joseildo destacou os impactos na realidade do município, que substituiu a monocultura da cana-de-açúcar pela diversidade da agricultura familiar, principalmente com a cultura do chuchu e da banana, das hortaliças e da graviola, sendo o maior produtor de chuchu e graviola de Pernambuco. Vale ressaltar que esse exemplo do impacto da falência da usina Nossa Senhora do Carmo na cidade de Chã Grande quebra um paradigma histórico de que os cortadores de cana não seriam capazes de serem agricultores e nem de produzir outras culturas. Ao contrário, essa prática coletiva mostrou a capacidade criativa dos agricultores quando se organizam em torno de objetivos comuns de produção e de existência, tal como ressaltou Desmarais (2013) quando analisou o processo de “recomponização”.

De modo geral, a monocultura da cana-de-açúcar, com um regime de superexploração da mão-de-obra que vem do escravismo e passa pela atual precarização do trabalho, teve seus altos e baixos. Atualmente, no Território da Mata Sul de Pernambuco, assistimos ao processo de falência quase generalizado das usinas e a crise do complexo industrial sucroalcooleiro, criando crises, conflitos e oportunidades no campo.

Como já foi dito, esse é um território muito rico de história, de cultura e de lutas. Esse território sempre esteve em disputa e em conflitos, com os Cabanos, as Ligas Camponesas, o Quilombo dos Palmares, chegando aos camponeses expropriados das usinas e dos megaprojetos, como o de SUAPE. Tanto é que esse território, ainda hoje, ao passo que conta com o maior número de famílias assentadas² de Reforma Agrária do Estado de Pernambuco, é também onde se concentra um dos maiores números de conflitos do Brasil³.

² Dados do INCRA, 2021.

³ Dados da CPT, 2020.

Nesse ambiente, uma das experiências que mais chamou a atenção foi a da Usina Catende, com sede no município de Moreno (PE) e abrangendo a intermunicipal, relatada pelo pesquisador e agente da Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Palmares, Lenivaldo Lima. Ele fez um resumo contextualizando o histórico do Engenho Catende, desde a sua origem, passando pela crise do setor sucroalcooleiro e pela experiência da autogestão dos trabalhadores. Nas suas palavras:

Sua origem remonta ao final do século XIX. Era a maior usina e o maior latifúndio da América Latina, com abrangência de pelo menos seis municípios e com força política para eleger ou para influenciar no governo de Pernambuco (Lenivaldo Lima).

Apesar do seu tamanho, da sua capacidade produtiva e da sua força política, como já foi dito, esse território sempre foi marcado por conflitos. Desde os clássicos até as lutas por “salário, terra e dignidade”, puxadas por lideranças do Partido Comunista, como Gregório Bezerra, na década de 1960 e das lutas dos trabalhadores rurais e sindicais da década de 1990.

Como a maioria dos grandes empreendimentos agroindustriais, a dependência dos incentivos governamentais sempre foi uma constante. Por isso, segundo Lenivaldo, com as mudanças do Programa Brasileiro de Alcool (PROALCOOL), principalmente com o fim do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), na década de 1990, a Catende começou a perder força e a entrar em crise.

Ainda como efeito dessa crise, em 1993, a Catende demitiu 2.300 funcionários e isso causou uma avalanche de revoltas e de ações trabalhistas e provocou alguns levantes de trabalhadores da cana. Conforme descreve Lenivaldo:

Não só com a crise do PROÁLCOOL, mas também a organização e luta dos trabalhadores. Principalmente, após o ‘acordo do campo’ que aconteceu na década de 1960, no primeiro Governo Arraes, onde os usineiros deveriam cumprir minimamente as leis trabalhistas. Isso levantou o campo e a luta dos trabalhadores ganhou outra dimensão (Lenivaldo Lima).

Ou seja, com essa demissão em massa, os trabalhadores, que já vinham de um processo de mobilização, se organizaram para exigir uma intervenção do Estado, a fim de receberem seus direitos antes da falência completa da usina. Foi, portanto, uma década de muita luta, com greves massivas e prolongadas, até o processo inicial da cogestão (usineiros e empregados), da intervenção e, por fim, da autogestão dos trabalhadores.

Para essa autogestão, foi pensado em um projeto alternativo que quebrasse dois paradigmas: a gestão centralizada e a exploração do trabalho, além da necessidade de superar o analfabetismo, a cultura do monocultivo da cana e a concentração da terra. Por isso, apesar de comemorar as conquistas, Lenivaldo Lima chamou a atenção para outros problemas. Em seus termos:

Nós tínhamos no território de Catende em torno de vinte mil pessoas. Destas, cerca de 80% eram analfabetas e completamente dependentes da monocultura da cana. Pois elas foram expropriadas do “saber de plantar” outras culturas. Elas só podiam e só sabiam plantar e cortar cana (Lenivaldo Lima).

Para superar esses limites e dar forma a esse projeto de empresa, os trabalhadores optaram por um processo massivo de alfabetização, com apoio de Paulo Freire, que incorporassem a ideia da diversificação da produção e da autogestão. Foi nessa intenção que o Governo de Miguel Arraes criou o “Programa Catendão”, integrando educação e produção de alimentos, com culturas de ciclo curto, como mandioca, milho, feijão e hortaliças. Sobre esse processo de diversificação e de recampanização, destacou Lenivaldo:

Os trabalhadores não sabiam plantar outra coisa que não fosse cana. Por isso, tínhamos que vencer esse modelo secular da cana-de-açúcar. Por isso, em 1998, criamos a Companhia Agrícola ‘Harmonia’, que, dentre outras coisas, pensou num amplo programa de diversificação de cultura, com fundamento na produção de alimentos básicos para o consumo (Lenivaldo Lima).

Lenivaldo também fez questão de destacar a forma de organização social e econômica das comunidades. Segundo ele, foi um processo construído com muita participação social, discutindo a organização das comunidades, a cooperação e a autogestão, as formas de exploração da terra, a diversificação e comercialização da cana coletiva e familiar e dos excedentes das culturas diversificadas. Logo depois, na primeira metade dos anos 2000, com a vitória do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), houve a desapropriação das terras e disponibilização de créditos para renovação da cana-de-açúcar e para a produção de outras culturas, ajudando a dar as condições mínimas para que o projeto lograsse êxito por alguns anos.

Por esse histórico de lutas, Catende se transformou num marco para o Brasil e *“um antídoto que os usineiros não queriam”*. Por isso, estrategicamente, houve um processo intenso de criminalização das lideranças e desmoralização da ideia de empresa autogestionada pelos trabalhadores. Como disse Lenivaldo Lima:

Catende se transformou numa Comuna e deixou de ser uma experiência local. Catende foi um projeto destruído pelos poderes econômicos e políticos nacionais. Sucumbiu, por uma disputa na luta de classe do poder nacional (Lenivaldo Lima).

Como vimos, Catende se transformou numa das mais ricas experiências de organização dos trabalhadores do Território da Mata Sul, do Estado de Pernambuco, do Nordeste e do Brasil, questionando a colonização escravagista, a monocultura da cana, a concentração de terras e a gestão centralizada. Contudo, não foi a única.

CAMPONESES DA MATA SUL E SUAS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS

Outra experiência que merece ser destacada para ilustrar essa reconexão com a terra e com o território são a dos atingidos pelo complexo SUAPE, que foram obrigados a mudar sua titularidade, passando por um processo de reassentamento forçado. Os trabalhadores foram afastados do

seu chão nativo e se reconectaram com a terra, reaprendendo e reconstruindo um novo “ser camponês”.

Esse modelo capitalista de desenvolvimento, o complexo portuário e industrial SUAPE estabelecido em Pernambuco a partir da década de 1970, expropriou os camponeses de suas terras, obrigando-os a migração para as periferias citadinas, assumindo subempregos, e, principalmente, destituindo-os de seu vínculo com o campo. Mas as pressões sociais oriundas de várias comunidades rurais, com o apoio político de movimentos sindicais e sociais como a FETAPE, o Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e Comissão Pastoral da Terra (CPT), acabaram obrigando o Estado a reassentar algumas famílias, contribuindo indiretamente na promoção de um novo “processo de recampesinização”. Quem analisa com atenção esse processo de reaproximação com a terra é Ploeg (2021). Em suas palavras, tornar-se camponês não é compreendido, nesse texto, como um momento único e isolado. Ao invés disso, é um fluxo contínuo e flutuante ao longo do tempo (PLOEG, 2021, p. 43).

Ressalto aqui que essas experiências apresentadas na imersão e os debates sobre o campesinato reproduzem uma concepção nova de “camponês”. Posto que esse camponês que aparece resistindo tanto aos modelos ultrapassados de desenvolvimento quanto àqueles de exploração econômica (supostamente mais sustentáveis) tem colocado em prática a preocupação com o meio ambiente e com a produção de alimentos saudáveis. Tem, ainda, procurado dialogar com as questões da cultura política contemporânea, especialmente com as lutas raciais por reconhecimento, com as comunidades quilombolas, e as lutas por reconhecimento da igualdade de gênero, questionando o patriarcado e solicitando a revisão do papel da mulher no campo. Exemplo disso é a narrativa da experiência de superação de D. Elizabete Silva (Bete), do assentamento Jundiá de Cima, na cidade de Tamandaré (PE), que provou ser possível vencer os preconceitos e se tornar uma grande liderança e uma referência da produção agroecológica e na comercialização do território. Ela falou da importância da reforma agrária, de como aprendeu a “ser camponesa”, das dificuldades impostas pela condição de gênero. Nas suas palavras:

A mulher pode tudo. Eu provei isso, me organizando, conquistando a minha terra, produzindo de forma saudável e comercializando direto. Provei que tendo o que vender, é só abrir a boca que a gente vende (Elizabete Silva).

É também nesse ambiente que nascem as experiências bem-sucedidas de produção agroecológica, agroflorestais, mercados alternativos, vendas diretas, feiras e exposições de agricultura familiar e de bases agroecológicas. É o caso da experiência da Cachaçaria Sanhaçu, no município de Chã Grande (PE), produzido agroecologicamente, beneficiado e comercializado pela família Barreto Silva. Segundo Otto Barreto, um dos membros da família e um dos idealizadores do empreendimento, a cachaça Sanhaçu é mais que um produto de mercado.

Nós não vendemos cachaça. Nós vendemos história. Nós vendemos uma filosofia de vida, uma maneira de viver e de enxergar o mundo, morando numa cidade pequena sem muitas condições, mas mostrando para as pessoas que é possível ter uma vida simples e uma vida digna (Otto Barreto).

Os relatos demonstraram que, para além da importância do acesso à terra, é preciso produzir com qualidade e respeito ao meio ambiente e procurar estabelecer cadeias agroalimentares curtas e justas. Esse argumento esteve presente em todos os debates. O acesso à terra é uma etapa muito importante para a luta camponesa, porém, é preciso produzir alimentos saudáveis para o sustento familiar e para promover a soberania alimentar da comunidade do território e do país. Além disso, é preciso estreitar a relação entre o produtor e o consumidor para que todos ganhem, inclusive o planeta. Um conjunto de teóricos tem se debruçado sobre os benefícios do encurtamento dessas distâncias, dentre eles Caronilia Nogueira (2021):

A investigação mostrou que comprar em cadeias curtas diminui o impacto ambiental pela redução de embalagens e pelo menor gasto energético com transporte. Do lado do produtor, existem mais

vantagens do que desvantagens na comercialização via circuitos curtos, pois permitem maior autonomia do agricultor, contato direto com o consumidor, transações financeiras sem intermediários, remuneração mais justas e menor riscos de perdas na comercialização (NOGUEIRA, 2021, p. 44).

CONCLUSÃO

Por fim, as análises históricas e sociológicas, a teoria e a vida prática mostram que o campo brasileiro é muito diverso e dinâmico. Por isso, pode conter diversas formas de manifestação do campesinato. Para ilustrar isso, Martinello e Schneider (2014) procuram estabelecer uma relação entre Antônio Cândido e Alexandre Chayanov, destacando que:

Segundo Chayanov, o camponês torna possível a sua própria existência social devido às formas práticas de organizar a produção e as decisões econômicas seguidas, permanecendo e coexistindo em heterogêneas condições e formações sociais; portanto, é o camponês quem cria e faz sua própria reprodução (MARTINELLO; SCHNEIDER, 2014, p. 296).

Fica claro que o camponês, como categoria social, existiu, existe e existirá (pelo menos nas próximas décadas). Se sobreviveu aos séculos, apesar das mazelas dos vários sistemas de exploração do trabalho humano, da escravidão, da servidão e do trabalho precarizado, é porque possui uma força própria e uma capacidade de resiliência. Por isso, Guzman e Molina (2013) concluíram que esse conceito passou por um processo de transformação e evolução.

O conceito de campesinato evoluiu desde a sua consideração como um segmento social integrado por uma unidade doméstica de produção e de consumo que, apesar de sua mudança histórica, mantinha algo genérico, até a sua conceituação agroecológicas atual (GUZMANA; MOLINA, 2013, p. 79).

Como vimos, esse processo conflituoso de transformação e de evolução acabou aproximando o campesinato da ecologia e forjando uma categoria social cada vez mais distante e antagônica do agronegócio e do capitalismo liberal e cada vez mais próxima da produção agroecológica, da cooperação e dos mercados alternativos. Por isso, mesmo que experiências como a da Catende não tenham alcançado efeitos desejados, ela acabou cumprindo um papel muito importante de questionamento do modelo concentrador das grandes usinas de cana-de-açúcar, de democratização da terra, de recusa do monocultivo, forjando novas formas de campesinização e de recampesinização.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e capitalismo no campo**. *In: A QUESTÃO* agrária no Brasil hoje. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

CUNHA, P. R. **O Campesinato, a teoria da organização e a questão agrária**: apontamentos para uma reflexão. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DESMARAI, A. A. **A via campesina**: a globalização e o poder do campesinato. São Paulo: Cultura Acadêmica/Expressão Popular, 2013.

GORENDER, J. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no Brasil**. *In: A QUESTÃO* agrária no Brasil hoje. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

GUZMAN, E.; MOLINA, Manuel. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MARTINELLO, A. S.; SCHNEIDER, S. Paralelos entre Antônio Cândido e Alexandre Chayanov: economia fechada, equilíbrio mínimo e rusticidade. *In: CARVALHO, H. M. de. (Org.). Chayanov e o campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARTINS, J. de S. **Os Camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, K. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Sociais, 1975.

MEDEIROS, L. S. Movimentos sociais no campo, luta por direitos e 3 reforma agrária na segunda metade do século XX. *In*: COMBATENDO a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: UNESP, 2010.

NOGUEIRA, C. M. *et al.* **As cadeias agroalimentares curtas**: com ênfase nos consumidores. [S. l.]: Agronegócio: Técnicas e Gestão, 2021. <https://downloads.editoracientifica.org/articles/210304047.pdf>

PLOEG, J. D. Van. **O Modo de produção camponês revisitado**. Disponível em:

http://www.jandouwevanderploeg.com/PORT/doc/diversidade_O_modos_de_producao.pdf, 2021.

PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SABOURIN, E. Será que existem camponeses no Brasil? *In*: CONGRESSO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. [Anais]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009.

THOMAZ JÚNIOR, A. A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria – qual o lugar do campesinato e do proletariado? *In*: CAMPESINATO e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu.

SOBRE OS AUTORES



Francisco Manoel de Assis Filho; Indígena Pankararu;

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - UNIVASF/UFRPE/UNEB; Mestre em Produção Agrícola - UAG/UFRPE; Graduado em Engenharia Agrônômica - UAG/UFRPE. Experiência profissional em Fruticultura Irrigada no Semiárido, Culturas Anuais em regime de Sequeiro, Agroecologia e Extensão Rural.



Henágio José da Silva

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - UNIVASF/UFRPE/UNEB; Mestre em Ensino de Ciências Ambientais – UFPE; Graduado em Licenciatura Plena em Geografia - FABEJA. Experiência profissional em Agroecologia, extensão rural e ensino de Geografia.



Gildo Ribeiro de Santana

Doutorando em Agroecologia (UFRPE), Mestre em Extensão Rural (UFRPE); ESPECIALISTA em Ciência Política (UNICAP), graduado em Serviço Social (UNICAP). Atua na Extensão Rural e docência no ensino superior.



Ana Paula Gomes da Silva

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - UNIVASF/UFRPE/UNEB; Mestre em Nutrição - UFRPE; Graduada em Economia Doméstica - UFRPE. Experiência profissional em Agroecologia, Extensão Rural e Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.



Esmeraldo Leal dos Santos

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – UFRPE; Mestre em Sociologia - UFPB; Especialista em Estudos Latino-Americanos - UFJF; Graduado em Ciências Sociais – UFS. Com experiência e vivência de campo, como militante do MST e da Via Campesina, como pesquisador, extensionista rural, supervisor e diretor de ATER e como Secretário Estadual de Agricultura e Desenvolvimento Agrário e da Pesca do Estado de Sergipe - SEAGRI. Atualmente exerce a função de Diretor de Ação Fundiária da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário do Estado de Sergipe – EMDAGRO.



Fábio Andrey Pimentel São Mateus

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - UNIVASF/UFRPE/UNEB; Mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Graduado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Sergipe – UFS. Extensionista rural com ênfase em agroecologia e agricultura camponesa.



Ana Cristina Oliveira de Almeida

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - UNIVASF/UFRPE/UNEB; Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural – UFSCar; Graduada em Engenharia Agrônômica - UFS. Experiência profissional em Agroecologia, extensão rural.



Francisco Roberto de Sousa Marques

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial -UNIVASF/UFRPE/UNEB; Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB; Graduado em Agronomia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Tem experiência profissional no ensino, pesquisa e extensão na área de agroecologia e meio ambiente.



Francisca Clarice Rodrigues de Sousa

Graduada em administração pelo Centro Universitário Metodista Isabela Hendrix, Belo Horizonte, Especialização em Desenvolvimento Sustentável do Semiárido e Educação do Campo pela Universidade Federal do Ceará e mestre em Saúde Pública, Trabalho e Ambiente pela Fundação Oswaldo Cruz. Militante do Movimentos Trabalhadores Rurais Sem Terra desde 2001, com atuação no setor de produção, Assistência Técnica e Extensão Rural, organização de feiras da reforma agrária e elaboração e execução de projetos sociais.



Eliane Pereira de Almeida

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - UNIVASF/UFRPE/UNEB. Mestra em Geografia pela UESB. Especialista em Docência no Ensino Superior pelo Centro Universitário Claretiano Graduada em Geografia (licenciatura) pela UESB. Experiência profissional em políticas públicas de Convivência com o Semiárido, e ATER.



Elizabete Lima

Agricultora camponesa, estudante do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia do Instituto Federal de Pernambuco, Campus Barreiros.

ISBN: 978-65-00-56017-6

786



9 786500 560176



UFRPE



UFAPE



AGROFAMILIAR

CENTRO VOCACIONAL TECNOLÓGICO



REAGRO

Rede Agreste de Agroecologia de Pernambuco



GRUPO DE PESQUISA

AGROECOLOGIA E AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL



Programa de Pós-Graduação

AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

